

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021 e 2020.**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	20
Balancos patrimoniais	24
Demonstrações do resultado	25
Demonstrações do resultado abrangente	26
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	27
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	28
DVA - Demonstração do valor adicionado	29
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	30



**DIVULGAÇÃO
DE RESULTADOS
2021**

nissei
mais que farmácia



Curitiba, Estado do Paraná, 16 de março de 2022 – A **Farmácia e Drogarias Nissei S.A.**, apresenta os seus resultados dos períodos, acumulados, findos em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os Comitês de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

DESTAQUES OPERACIONAIS



324 lojas nos estados do PR, SC e SP

24 Novas lojas em 2021

7 Fechamentos em 2021



Same Store Sales:

16,33%

Mature Same Store Sales:

12,11%

DESTAQUES FINANCEIROS



Receita Bruta:

R\$ 1.973.372

16% maior que em dezembro de 2020



EBTIDA ajustado*:

R\$ 120 milhões

14% maior que em dezembro de 2020

*Sem efeitos de ajuste a valor presente e CPC 06 – Contratos de arrendamento



+ MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

“

O Ano de 2021 foi um ano de grandes conquistas e apesar da pressão inflacionária ocorrida principalmente no segundo semestre, bem como da recente elevação das taxas de juros, continuamos sentindo os reflexos positivos de todas mudanças e ajustes realizados ao longo dos últimos anos.

Em 2021 atingimos um crescimento de vendas acima da inflação, alcançando uma receita bruta de R\$ 1.973 milhões, 16% maior em comparação ao mesmo período de 2020, inauguramos 24 lojas no ano, mantivemos a nossa margem bruta em 32%, o nosso EBITDA ajustado alcançou R\$ 120 milhões, 14% maior o mesmo período anterior (R\$ 105 milhões).

Realizamos várias campanhas no decorrer do ano, as quais sustentaram parte do crescimento e resultados obtidos, como destaque citamos o **“ANIVERSÁRIO NISSEI 35 ANOS – 35 GRANDES PRÊMIOS”**, onde conseguimos ampliar ainda mais a fidelização dos nossos clientes, o **“DIA DA MULHER NISSEI”** que já é a nossa marca registrada desde o ano de 2002 e por fim a **“BLACK FRIDAY NISSEI”**, onde batemos o recorde de vendas em um único dia de campanha. Esses resultados são reflexos de dedicação e esforço de toda Companhia, que continua ofertando produtos e serviços de qualidade e cada vez mais se tornando reconhecida por seu público, não apenas como uma farmácia, mas também como um ponto de apoio e um hub de saúde.

Também neste ano, cuidamos da nossa saúde financeira, em maio de 2021 realizamos captação de recursos no montante de R\$ 200 milhões, os quais foram utilizados majoritariamente para amortizar antecipadamente e de forma facultativa as debêntures referentes a primeira série da primeira emissão (29 de outubro de 2017) e o saldo remanescente foi utilizado no curso normal dos nossos negócios, reduzindo significativamente o custo financeiro e melhorando a nossa liquidez.

”

Continuamos reforçando os nossos compromissos com a sociedade, realizamos diversas ações sociais, aplicamos gratuitamente mais de 1.000 doses de vacinas contra a gripe Influenza Tetravalente - H1N1, e continuamos apoiando diversas instituições como asilos, hospitais, programas para crianças e muitos outros. Também não descuidamos da parte ambiental, nossas 4 usinas de geração solar entraram em funcionamento, junto com usinas de geração de terceiros, já atendemos cerca de 60% das nossas lojas com energia renovável.

Com a mudança da nossa sede administrativa que ficava em Colombo, junto ao centro de distribuição, para Curitiba em outubro de 2020, iniciamos em 2021 ampliação da capacidade do centro de distribuição de forma a garantir ainda mais nossa capacidade logística. O nosso centro de distribuição possui um amplo terreno de 39.900 m², com área construída em aproximadamente 17.000 m², onde utilizamos aproximadamente 60% da capacidade total.

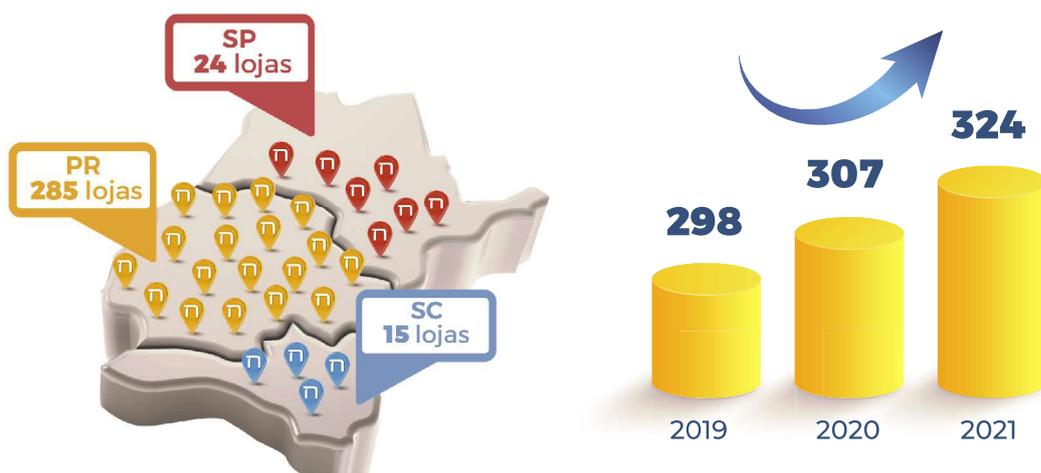
“ Seguiremos confiantes em 2022, vamos buscar ampliar de forma mais acelerada o número de lojas, explorar ainda mais os canais digitais, as nossas marcas exclusivas, não esquecendo jamais da nossa responsabilidade social, e prosseguiremos com a missão de oferecer uma ampla e inovadora linha de produtos e serviços em nossas lojas, com o conceito drugstore, a preços competitivos, trazendo comodidade e praticidade aos clientes, visando obter resultados positivos e sustentáveis. ”

SUMÁRIO

Valores em milhões de reais	2019	2020	2021
Nº de Lojas	298	307	324
Nº de Funcionários	5.521	5.719	6.084
Receita Bruta	1.559.559	1.694.838	1.973.372
Lucro Bruto (R\$)	507	553	640
Lucro Bruto (%)	32%	32%	32%
EBITDA Ajustado (R\$)	69	105	120
EBITDA Ajustado (%)	4%	6%	6%
Resultado do Exercício (R\$)	(14)	(7)	20

CRESCIMENTO DA REDE

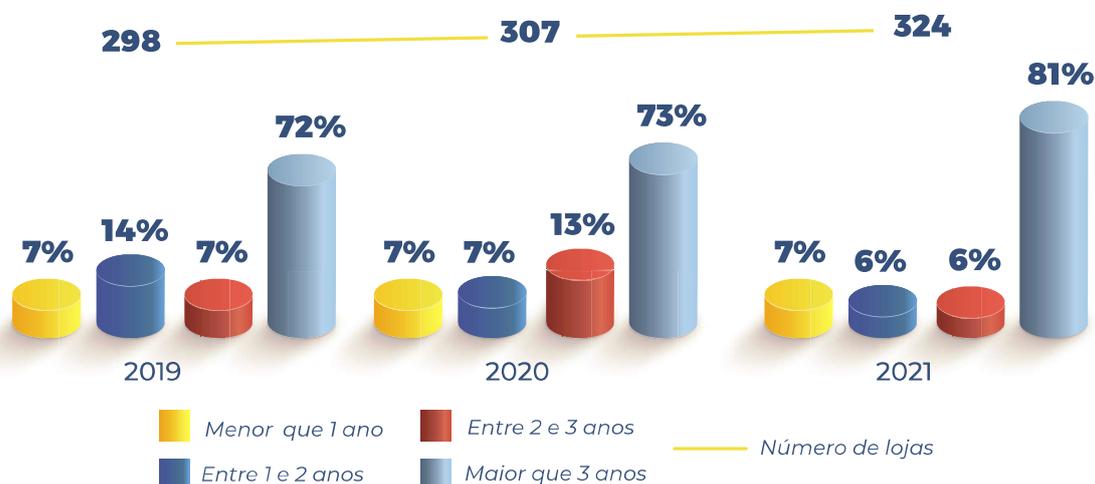
Encerramos o período de 31 de dezembro de 2021 com 324 lojas, presentes em 3 estados do Brasil, sendo eles: Paraná, Santa Catarina e São Paulo, distribuídos em 82 municípios distintos.



Inauguramos no período 24 lojas, todas com conceito de drugstore, contando com espaço físico médio de 269 m², diversidade de produtos e serviços para melhor atendimento aos nossos clientes. Estamos otimistas com a performance apresentada pelas lojas inauguradas, em linha com a nossa estratégia de expansão, apresentando ótimos resultados durante o período de maturação.

No que se refere a nossa distribuição etária das lojas, encerramos com 20 % de lojas na curva de maturação, e 80 % lojas maduras.

Distribuição Etária do Portifólio de Lojas

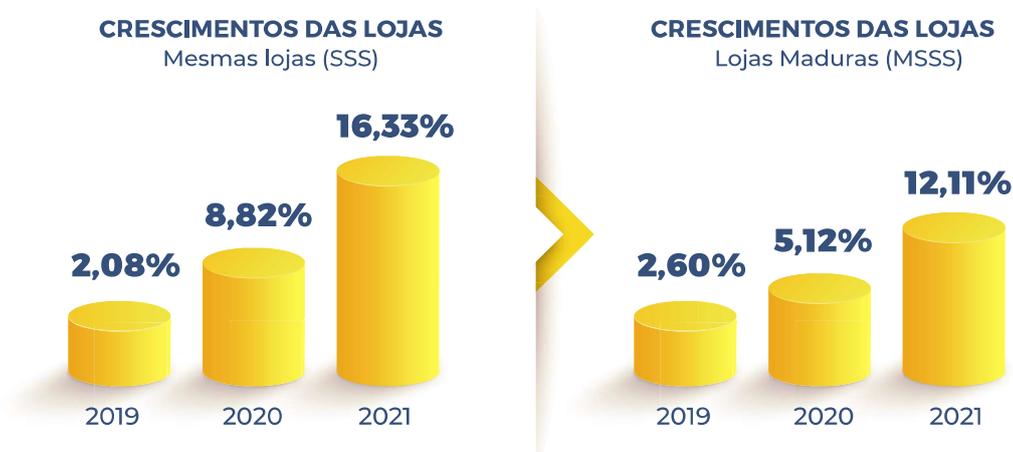


LUCRO BRUTO

Encerramos o exercício de 2021 com o lucro bruto de R\$ 640 milhões, 16% maior que o mesmo período do ano anterior (R\$ 553 milhões). A margem bruta atingiu 32% se mantendo praticamente estável desde o exercício de 2019.

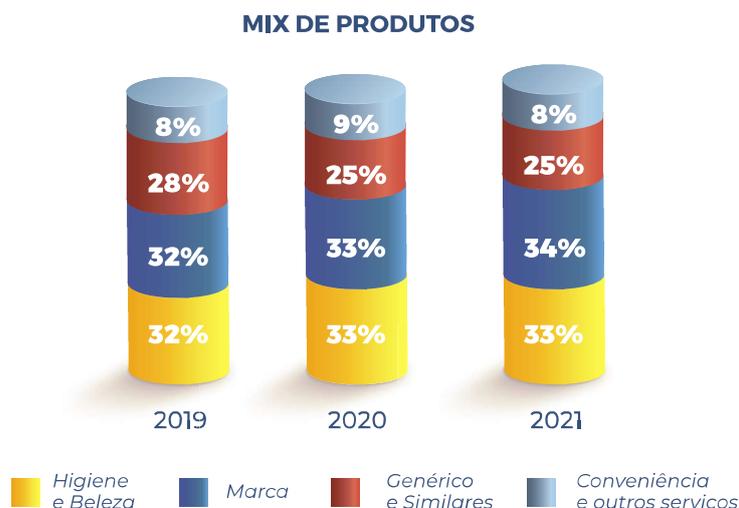


Registramos um excelente crescimento médio de venda de mesmas lojas (Same Store Sales – SSS) de 16,33% no exercício de 2021, comparativamente a 8,82% ao período de 2020, enquanto que as vendas em lojas maduras (Mature Same Store Sales - MSSS), que são aquelas com mais de 3 anos, registramos 12,11% e 5,12% para 2021 e 2020 respectivamente.



MIX DE VENDAS

Para acompanhamento das vendas, verificamos periodicamente o peso dos grupos de produtos no montante total das vendas ocorridas. Para os períodos em comparação, o mix se manteve praticamente estável.



MARKET SHARE

Continuamos com liderança de mercado no Paraná, encerramos o ano de 2021 com 19,06% de market share ¹ e continuamos crescendo no estado de São Paulo e Santa Catarina, apresentado um market share nos bricks que atuamos de 3,88%¹ e 4,93%¹ respectivamente.

¹ conforme pesquisa IQVIA.



MARCAS EXCLUSIVAS

As marcas exclusivas compreendem os segmentos: Higiene e beleza e primeiros socorros que é a linha **CuidMais**; Conveniência com salgadinhos, snacks, chips de soja, lentilha, batata e biscoitos de polvilho representada pela marca **Good+** e a nova linha de presenteáveis, criada em 2021, que inclui cremes hidratantes para mãos e corpo e sabonetes – **Aishy**.

Em 2021 alavancamos as vendas de marcas exclusivas de forma a validar a aceitação de nossos produtos exclusivos pelos clientes da Nissei, o que nos dá ainda mais confiança para seguir investindo neste mercado.



SAN SERVIÇOS AVANÇADOS NISSEI

Cada vez mais o mercado de farmácias está se tornando um hub de saúde, e para nos apoiar nesse processo, criamos em 2018 o **SAN – Serviços Avançados Nissei**, área “guarda-chuva” do hub de saúde que compreende a imunização para diversas doenças, além de testes laboratoriais rápidos e acompanhamentos personalizados como controle de diabetes, controle hipertensão, controle de peso e entre outros.

O tamanho de nossas lojas é uma vantagem neste movimento e em 2021 tivemos um crescimento no SAN de 69,6% frente ao exercício de 2020.



NISSEI MED

A Nissei Med, auxilia os nossos clientes ao acesso de medicamentos para o tratamento crônico e de alta complexidade, além do acompanhamento ao paciente, facilitando assim a continuidade de tratamentos que não podem ser interrompidos.

Encerramos o exercício de 2021, 70,9% maior que no mesmo período do ano anterior e temos grandes expectativas de continuar crescendo de forma acelerada neste mercado.

NISSEI·MED
medicamentos especiais

OMNICHANNEL

Nossas vendas no conceito omnichannel, onde consideramos e-commerce (website), redes sociais, tele vendas e vendas pelo app próprio e super apps funcionam de forma integrada às lojas físicas, permitindo acesso à informações, oferta de produtos e serviços de saúde aos nossos clientes.

No exercício de 2021 as nossas vendas pelo omnichannel cresceram 46,4% e passaram a representar cerca de 1,5% das vendas totais do grupo. Vale destacar que estes e outros canais que não sejam a venda direta em loja, continuarão crescendo, mas sempre com as lojas alicerçando este processo. Acreditamos que a representatividade destas vendas continuará a crescer, mas não buscamos substituir vendas de lojas físicas e sim alcançar vendas adicionais, de forma que este crescimento deverá ser paulatino e focado.

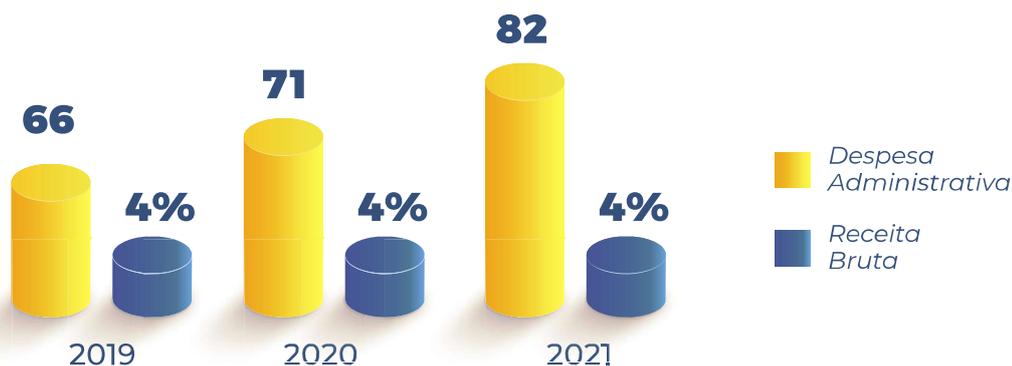
DESPESAS COMERCIAIS

Encerramos as despesas comerciais em 2021 no valor de R\$ 456 milhões, correspondendo a 23% da receita bruta obtida, apresentando uma redução de 1 p.p. em comparação ao mesmo período anterior (24%).



DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas em 2021 totalizaram R\$ 82 (milhões), representando 4% da receita bruta, a mesma representatividade sobre os períodos anteriores.



RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDOS

Encerramos o período de 2021, com o total de R\$ 49 milhões de despesas financeiras com efeito caixa e R\$ 73 milhões de despesas financeiras líquidas totais (com AVP, IFRS e kicker), representadas pelas aberturas conforme tabela abaixo, mesmo com o aumento da SELIC, as despesas financeiras com efeito caixa apresentam uma queda de aproximadamente de 50% frente ao ano de 2020, ressaltamos que as despesas com debêntures se referem a 1ª série da 1ª emissão, e 2ª e 3ª emissão (maiores detalhes podem ser obtidos nas notas 23 e 33 das demonstrações financeiras).

Descrição	2019	2020	2021
Resultado Financeiro Líquido (i)	12	15	24
Debêntures 1ª Emissão	31	68	-
Debêntures 2ª e 3ª Emissão	0	0	25
Custo Financeiro - Operações	43	83	49
Debêntures 1ª Emissão - 2ª Série (ii)	4	9	-4
Efeitos CPC 06 (R2) / IRFS 16	16	17	15
Ajuste a valor presente	21	18	13
Outros Custos Financeiros	41	43	25
Total	84	126	74

EBITDA AJUSTADO

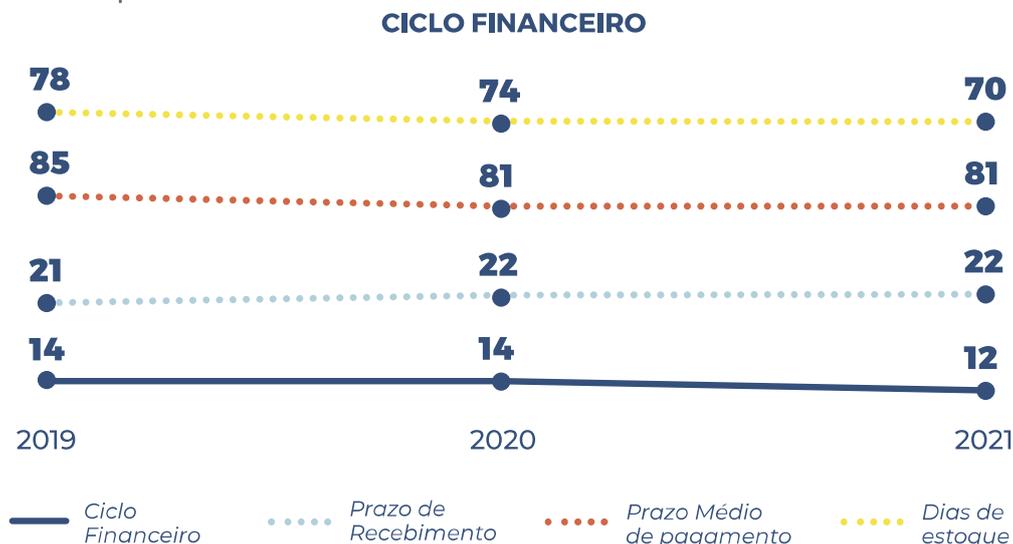
Lucro antes de juros, impostos sobre lucro, depreciação e amortização

Atingimos um EBITDA ajustado (sem efeitos do pronunciamento contábil CPC 06 (R2)/IRFS 16 e ajuste a valor presente) de R\$ 120 milhões em 2021, 14% acima do valor registrado no mesmo período do exercício anterior, o qual foi de R\$ 105 milhões.

EBITDA ajustado (valores em milhões de reais)	2019	2020	2021
Resultado do exercício	(14,2)	(6,5)	19,9
(+) Imposto de renda e contribuição social	(4,1)	5,9	9,1
(+) Despesas e receitas financeiras líquidas	83,2	126,6	73,0
(+) Equivalência patrimonial	-	3,9	-
(+) Depreciação e Amortização	25,4	29,7	30,4
(+) Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(0,8)	(56,6)	1,0
(+) Despesas administrativas selecionadas	11,0	23,9	11,6
(+) Juros com arrendamentos - CPC 06 (R2)/IRFS 16	(10,4)	(4,3)	(10,9)
(-) Ajuste a Valor Presente	(21)	(18)	(13)
(=) EBITDA Ajustado	69	105	120

CICLO DE FINANCEIRO

Encerramos o nosso ciclo financeiro de 2021, em 12 dias, apresentando uma redução, de 2 dias quando comparado ao mesmo período do ano anterior (14 dias). Essa oscilação está influenciada pelo prazo médio de fornecedores, ocasionada principalmente pela melhoria de gestão dos estoques.



ENDIVIDAMENTO

Mesmo com os custos de expansão da Companhia, encerramos o ano de 2021, com o endividamento líquido de R\$ 364 milhões, R\$7 milhões menor que o ano de 2020 (R\$ 371 milhões) o que mostra a desalavancagem da Nissei que comparando dívida líquida/ EBITDA ajustado sem AVP e sem CPC 06 (R2) / IRFS 16 diminui de 3,5x para 3,0x.

Maiores detalhes sobre a estrutura financeira da Companhia podem ser observados na nota explicativa 35 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Importante ressaltar que o valor contabilizado compreende os impactos da debênture envolvendo o kicker (ou prêmio) provisionado, sem necessariamente a ocorrência de dispêndio financeiro em curto prazo. Abaixo demonstramos o endividamento líquido:

Descrição	2019	2020	2021
(-) Empréstimos	192	223	212
(-) Debêntures	190	227	244
(=) Total de endividamento	382	449	456
(+) Caixas e equivalentes de caixa	90	66	83
(+) Derivativos (i)	-	12	9
(=) Dívida Líquida	292	371	364
Dívida líquida / EBITDA Ajustado	4,3 x	3,5 x	3,0 x

(i) Operação de derivativo refere-se ao contrato na modalidade SWFC Netting Termo com o Banco BV, com o objetivo de proteção ao risco cambial do contrato de empréstimo em moeda estrangeira.

INVESTIMENTOS

Encerramos o exercício de 2021 com a abertura de 24 lojas no ano, com um investimento total R\$ 28,651 milhões, montante foi destinado principalmente para expansão e aprimoramento da tecnologia da informação.

AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia informa que seus auditores independentes, KPMG Auditores Independentes Ltda, não prestaram outros serviços, que não sejam relacionados à auditoria no período findo em 31 de dezembro de 2021.

ESG NISSEI

Environmental, Social and Corporate Governance

Desde o início da nossa trajetória, sempre nos preocupamos em realizar várias iniciativas em prol da sociedade, da responsabilidade ambiental, social e de governança corporativa, que são conjuntos de práticas que contribuem ainda mais para o crescimento da nossa marca e com nossa missão que temos com a sociedade, pois acreditamos que as boas práticas são duradouras e já fazem parte do nosso DNA.

Realizamos diversas iniciativas durante o exercício 2021, as quais destacamos:

1. Environmental (Ambiental)

▶ **Energia Sustentável**

Em 2021, iniciamos a produção de energia em quatro usinas fotovoltaicas situadas em Bandeirantes, interior do Paraná com capacidade média de produção 818.833 kw/h por mês, além de utilizarmos também energia renovável gerada por terceiros, passamos a atender acima de 60% de nossa rede com energia sustentável, contribuímos com o meio ambiente em uma redução de mais de 600 toneladas de Co² por ano.

▶ **Logística Reversa de Resíduos Sólidos**

Ainda preocupados com o meio ambiente, continuamos garantindo a destinação correta dos resíduos sólidos gerados em nossas lojas, que em 2021 foram de aproximadamente 17 toneladas, os quais destinamos para o descarte especializado.

2. Social

Campanhas:

- ▶ Em 2021, dedicamos esforços financeiros e operacionais em apoio e doações a diversos projetos e entidades, entre as quais destacamos:
 - ✓ Negativo para a Fome - doamos 96 toneladas de alimentos, totalizando 5.669 cestas básicas, beneficiando 22 entidades sem fins lucrativos, que atendem famílias em situação de vulnerabilidade;
 - ✓ “Patrocínio Maestro da Bola” – desde 2019, realizamos mensalmente doações financeiras para apoio e manutenção do projeto, que tem como objetivo inserir as crianças menos favorecidas ao esporte proporcionando assim a elas uma nova perspectiva de vida;

- ✓ Doações de produtos de higiene, protetores solares para diversas entidades como: Santa Casa, Amigos do HC, Erasto Gaertner, Lar das Vovozinhas,
- ✓ Doação de cadeiras de rodas para as instituições: Amigos do HC e Pequeno Cotelengo;
- ✓ Doação de R\$ 306 mil destinados a projetos sociais e culturais devidamente aprovados pelos órgãos reguladores;
- ✓ Apoio e doações ao CAJEMA.

3. Desenvolvimento Profissional

Por meio da **Universidade Nissei**, criada em 2020, com o objetivo de desenvolver e especializar os nossos colaboradores, com diversos treinamentos tivemos mais de 20.000 horas de cursos direcionados aos colaboradores da linha de frente (lojas) e também das áreas administrativas.

Acreditamos que a capacitação é um dos primeiros pilares tanto para o crescimento pessoal quanto profissional. Afinal a nossa intenção, não é apenas formar bons profissionais, mas sim, desenvolver pessoas com valores e ética, buscando sempre engajá-las a se tornarem melhores todos os dias.



4. Corporate Governance (Governança Corporativa)

Com a finalidade de estar sempre alinhado as melhores práticas de mercado e garantir um crescimento sustentável, sempre focando a segurança institucional e transparência, trabalhamos com um Conselho de Administração, zelando pelos interesses da Companhia, dos investidores e também da sociedade. O nosso conselho conta com 5 conselheiros, sendo 2 conselheiros independentes.

Além disso, temos comitê de auditoria, comitê de expansão e comitê de gestão e ética, além da auditoria interna ser realizada por profissionais independentes da Deloitte.

Em janeiro de 2021 nos listamos à Comissão de Valores Mobiliários – CVM., categoria “A”, e passamos a ser acompanhados por esta instituição.

No ano seguinte, em janeiro de 2022 obtivemos um up grade em nosso rating junto a Fitch onde passamos para a classificação de rating Nacional de Longo Prazo BBB+, perspectiva Positiva e recebemos o prêmio “Empresas com melhor gestão” concedido pela Deloitte, consolidando uma série de esforços de governança que a Nissei vem implementando nos últimos anos.





KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Diretores da
Farmácia e Drogaria Nissei S.A.**
Curitiba – Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Farmácia e Drogaria Nissei S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Farmácia e Drogaria Nissei S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do valor justo das debêntures

Veja as Nota 4, 23 e 35 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia, em 29 de outubro de 2017, emitiu debêntures conversíveis em ações. A operação está dividida em duas séries, a primeira série subsequentemente mensurada pelo custo amortizado, e integralmente liquidada em 2021, e a segunda pelo valor justo, essa última no montante de R\$ 44.798 mil em 31 de dezembro de 2021.</p> <p>A mensuração do valor justo envolve um modelo de avaliação e estimativas. A estimativa sobre o método de cálculo e sobre a mensuração deste valor envolve a a determinação dos valores de EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, despesas financeiras líquidas, depreciação e amortização); e a premissa da expectativa da vida esperada deste instrumento financeiro, considerando que a debênture pode ser exigida pelo credor a qualquer momento até o prazo de vencimento contratual. Considerando o elevado grau de julgamento relacionado à determinação dessa premissa, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliação, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, dos critérios adotados pela Companhia no modelo de valor justo vis a vis aos termos do contrato de debênture.– Revisão dos valores determinados no EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, despesas financeiras líquidas, depreciação e amortização), que é um componente significativo na determinação do valor justo do passivo financeiro.– Análise se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são suficientes e apropriadas em relação aos requerimentos das normas vigentes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as premissas e metodologias utilizadas para a estimativa do valor justo das debêntures, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se as suas formas e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração e Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também a Administração e Governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração e Governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 16 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Edson Rodrigues da Costa
Contador CRC PR-054199/O-0

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado		
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020*		31/12/2021	31/12/2020*			
Ativo						Passivo					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	81.682	65.186	81.717	65.186	Fornecedores	20	302.406	261.671	302.406	261.671
Aplicações financeiras	9	878	841	878	841	Arrendamentos a pagar	21	54.818	39.504	54.818	39.504
Contas a receber de clientes	10	121.437	100.149	121.437	100.149	Empréstimos e financiamentos	22	72.484	67.001	72.484	67.001
Estoques	11	271.684	242.393	271.684	242.393	Debêntures	23	62.254	226.504	62.149	226.504
Impostos a recuperar	12	60.340	59.800	60.340	59.800	Obrigações sociais e trabalhistas	24	54.832	46.267	54.832	46.267
Direitos sobre precatórios	13	52.128	-	52.128	-	Obrigações fiscais e tributárias	25	20.489	22.135	20.537	22.135
Outros ativos	15	147.440	33.452	147.440	33.452	Parcelamento de tributos	26	4.959	4.227	4.959	4.227
						Outros débitos	27	10.511	7.842	10.511	7.842
		735.589	501.821	735.624	501.821			582.753	675.151	582.696	675.151
Não circulante						Não circulante					
Instrumentos financeiros derivativos	14	9.292	12.193	9.292	12.193	Arrendamentos a pagar	21	100.764	107.724	100.764	107.724
Direitos sobre precatórios	13	5.462	56.258	5.462	56.258	Empréstimos e financiamentos	22	139.949	155.581	139.949	155.581
Impostos a recuperar	12	47.635	50.806	47.635	50.806	Debêntures	23	181.632	-	181.632	-
Ativo fiscal diferido	34	25.589	26.694	25.589	26.694	Parcelamento de tributos	26	23.201	24.386	23.201	24.386
Depósitos judiciais	28	5.277	5.360	5.277	5.360	Provisão para contingências	28	8.663	7.358	8.663	7.358
Outros ativos	15	4.481	104.369	4.481	104.369						
		97.736	255.680	97.736	255.680			454.209	295.049	454.209	295.049
Investimentos						Patrimônio líquido					
Investimentos	17	92	-	-	-	Capital social	29	21.720	21.720	21.720	21.720
Imobilizado	18	237.752	226.030	237.752	226.030	Reservas de lucros	29	24.738	8.089	24.738	8.089
Intangível	19	12.251	16.478	12.251	16.478						
		250.095	242.508	250.003	242.508			46.458	29.809	46.458	29.809
Total ativo		1.083.420	1.000.009	1.083.363	1.000.009	Total passivo e patrimônio líquido		1.083.420	1.000.009	1.083.363	1.000.009

* Vide nota 6.a para informações referente a base de consolidação utilizada.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Receita líquida de vendas	30	1.860.022	1.612.917	1.860.022	1.613.151
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	31	<u>(1.219.830)</u>	<u>(1.059.907)</u>	<u>(1.219.830)</u>	<u>(1.060.365)</u>
Lucro bruto		<u>640.192</u>	<u>553.010</u>	<u>640.192</u>	<u>552.786</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	31	(82.448)	(70.605)	(82.448)	(71.036)
Despesas comerciais	31	(455.871)	(406.359)	(455.871)	(406.359)
Provisão para perda ao valor recuperável do contas a receber	31	1.174	(2.676)	1.174	(2.676)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	32	<u>(1.026)</u>	<u>56.596</u>	<u>(1.026)</u>	<u>53.300</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas, resultado de equivalência patrimonial e tributo sobre o lucro		<u>102.021</u>	<u>129.966</u>	<u>102.021</u>	<u>126.015</u>
Receitas financeiras	33	13.419	20.770	13.419	20.929
Despesas financeiras	33	<u>(86.394)</u>	<u>(147.397)</u>	<u>(86.394)</u>	<u>(147.442)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(72.975)</u>	<u>(126.627)</u>	<u>(72.975)</u>	<u>(126.513)</u>
Resultado da equivalência patrimonial	17	<u>(9)</u>	<u>(3.907)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>29.037</u>	<u>(568)</u>	<u>29.046</u>	<u>(498)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	34	(7.987)	(18.249)	(7.996)	(18.370)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	34	<u>(1.106)</u>	<u>12.312</u>	<u>(1.106)</u>	<u>12.362</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u><u>19.944</u></u>	<u><u>(6.505)</u></u>	<u><u>19.944</u></u>	<u><u>(6.506)</u></u>
Resultado por ação básico e diluído (em Reais):	36	0,131	(0,043)	0,131	(0,043)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	19.944	(6.505)	19.944	(6.506)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do período	<u>19.944</u>	<u>(6.505)</u>	<u>19.944</u>	<u>(6.506)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Atribuível aos acionistas controladores								
Nota	Reservas de lucros					Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	21.720	2.449	1.061	45.180	-	70.410	44	70.454
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(6.505)	(6.505)	-	(6.505)
Realização da reserva de avaliação patrimonial	29	-	45.180	(45.180)	-	-	-	-
Destinações								
Distribuição de dividendos através da reserva de lucros	-	-	(9.272)	-	-	(9.272)	-	(9.272)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	(6.505)	-	6.505	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	(1.101)	-	-	(1.101)	-	(1.101)
Resultado da venda de investimentos ao acionista controlador	17	-	(23.723)	-	-	(23.723)	(44)	(23.767)
Saldos em 31 de dezembro de 2020*	21.720	2.449	5.640	-	-	29.809	-	29.809
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	19.944	19.944	-	19.944
Destinações								
Constituição de reserva legal	29	-	997	-	(997)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	29	-	-	-	(1.895)	(1.895)	-	(1.895)
Juros sobre o capital próprio	29	-	-	-	(1.400)	(1.400)	-	(1.400)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	15.652	-	(15.652)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	21.720	3.446	21.292	-	-	46.458	-	46.458

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa de atividades operacionais					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		19.944	(6.505)	19.944	(6.506)
Ajustes por					
Ganho na alienação de outros investimentos		-	(2.754)	-	(2.754)
Resultado na baixas de ativos	18 19 21	(273)	2.129	(273)	2.129
Resultado da variação do valor justo do ativo biológico		-	-	-	3.389
Depreciação e amortização (imobilizado e intangível)	18 19	84.757	78.578	84.757	79.149
Equivalência patrimonial	17	9	3.907	-	-
Provisão para perda ao valor recuperável do contas a receber	10	(1.174)	2.676	(1.174)	2.676
Provisão ao valor realizável líquido dos estoques	11	(4.496)	4.426	(4.496)	4.426
Perda de créditos na baixa de ativos (Maeoka)		-	6.285	-	6.285
Provisão para contingências	28	1.305	(504)	1.305	(504)
Apropriação - custo da transação - empréstimos e debêntures	22 23	3.198	2.943	3.093	2.943
Juros apropriados (debêntures, empréstimos e arrendamentos)	21 22 23	54.505	107.183	54.505	107.220
Atualização de precatórios	13	(1.332)	(2.682)	(1.332)	(2.682)
ICMS-ST não definitivo - extemporâneo		-	(89.430)	-	(89.430)
ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS		-	(9.326)	-	(9.326)
Rendimento de aplicação financeira		(37)	(1.667)	(37)	(1.667)
Instrumentos financeiros derivativos	14	2.901	(12.193)	2.901	(12.193)
Variação cambial	33	(2.589)	13.059	(2.589)	13.059
Imposto de renda e contribuição social - corrente	34	7.987	18.249	7.996	6.008
Imposto de renda e contribuição social - diferido	34	1.106	(12.312)	1.106	-
		165.811	102.062	165.706	102.222
Variações em					
Contas a receber	10	(20.114)	(17.982)	(20.114)	(17.898)
Estoques	11	(24.795)	(4.346)	(24.795)	(4.346)
Impostos a recuperar	12	2.630	8.472	2.630	8.472
Outros ativos		(14.100)	2.136	(14.100)	2.136
Outros investimentos		-	(411)	-	(411)
Depósitos judiciais	28	83	(306)	83	(306)
Fornecedores	20	40.735	7.136	40.735	7.127
Obrigações fiscais e tributárias		(2.150)	14.467	(2.110)	6.569
Obrigações sociais e trabalhistas	24	8.565	6.643	8.565	14.532
Outros débitos		(628)	2.362	(628)	3.478
Parcelamento de tributos	26	(453)	(2.184)	(453)	(2.507)
Pagamento de juros - arrendamento	21	(15.309)	(16.711)	(15.309)	(16.711)
Pagamento de juros - empréstimos	22	(17.918)	(14.289)	(17.918)	(14.326)
Pagamento de juros - debêntures	23	(17.925)	(17.195)	(17.925)	(17.195)
Pagamento - IRPJ e CSLL	34	(7.483)	(17.272)	(7.483)	(17.337)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		96.949	52.582	96.884	53.499
Fluxo de caixa de atividades de investimentos					
Aquisição de ativo imobilizado	18	(28.651)	(19.710)	(28.651)	(20.120)
Aquisição de ativo intangível	19	(2.706)	(2.479)	(2.706)	(2.479)
Aquisição de ativo biológico		-	-	-	(602)
Aumento de capital na investida	17	(100)	-	-	-
Aplicações financeiras	9	-	10.827	-	10.827
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(31.457)	(11.362)	(31.357)	(12.374)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	22	65.487	74.407	65.487	74.656
Pagamentos de empréstimos - principal	22	(73.484)	(56.592)	(73.484)	(56.770)
Custos da transação (empréstimos)	22	(1.038)	(744)	(1.038)	(744)
Pagamento de arrendamentos	21	(52.251)	(43.514)	(52.251)	(43.514)
Captação de debêntures	23	200.000	-	200.000	-
Pagamento de debêntures - 1ª série	23	(182.610)	(25.000)	(182.610)	(25.000)
Custos da transação (debêntures)	23	(5.100)	-	(5.100)	-
Distribuição aos acionistas	-	-	(3.319)	-	(3.319)
Mútuos entre partes relacionadas	-	-	(1.674)	-	(1.674)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(48.996)	(56.436)	(48.996)	(56.365)
.Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício		16.496	(15.216)	16.531	(15.240)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	65.186	80.402	65.186	80.426
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	81.682	65.186	81.717	65.186
.Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício		16.496	(15.216)	16.531	(15.240)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

DVA - Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas (1)	1.961.891	1.681.143	1.961.891	1.681.377
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.960.717	1.683.819	1.960.717	1.684.053
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	1.174	(2.676)	1.174	(2.676)
Insumos adquiridos de terceiros (2)	1.364.158	1.186.843	1.364.158	1.190.261
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	1.219.830	1.059.907	1.219.830	1.060.364
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	144.328	126.936	144.328	126.507
Perda/recuperação de valores ativos	-	-	-	3.390
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)	597.733	494.300	597.733	491.116
Depreciação e amortização (4)	84.757	78.578	84.757	79.151
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)	512.976	415.722	512.976	411.965
Valor adicionado recebido em transferência (6)	5.731	60.888	5.740	64.860
Resultado da equivalência patrimonial	(9)	(3.907)	-	-
Ganhos tributários	-	60.598	-	60.598
Receitas financeiras	13.419	20.493	13.419	20.652
Outras financeiras	(7.679)	(16.296)	(7.679)	(16.390)
Valor adicionado total a distribuir (5) + (6)	518.707	476.610	518.716	476.825
Distribuição do valor adicionado	518.707	476.610	518.716	476.825
Pessoal	267.006	236.373	267.006	236.392
Remuneração direta	233.114	206.300	233.114	206.300
Benefícios	21.456	18.840	21.456	18.848
FGTS	12.436	11.233	12.436	11.244
Impostos, taxas e contribuições	154.498	114.264	154.507	114.420
Federais	98.656	80.141	98.665	80.297
Estaduais	54.657	33.181	54.657	33.181
Municipais	1.185	942	1.185	942
Remuneração de capital de terceiros	77.259	132.478	77.259	132.519
Juros	76.095	130.294	76.095	130.335
Aluguéis	1.164	1.511	1.164	1.511
Outras	-	673	-	673
Remuneração de capital próprios	19.944	(6.505)	19.944	(6.506)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	19.944	(6.505)	19.944	(6.506)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Farmácia e Drogeria Nissei S.A. (“Nissei”, “Companhia” ou “Grupo”), uma sociedade anônima de capital aberto com registro obtido em 14 de janeiro de 2021 como categoria “A”, junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Companhia está sediada na Rua Acre, 205 – Água Verde em Curitiba, Estado do Paraná, tendo como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos, dermocosméticos e produtos alimentícios de conveniência em geral.

Atualmente conta com 324 lojas físicas, sendo 285 alocadas no estado do Paraná, 15 no estado de Santa Catarina e 24 no estado de São Paulo. Além disso, a Companhia conta com centro de distribuição arrendado no município de Colombo – PR.

Estrutura societária

Em 19 de abril de 2021 a Companhia criou a subsidiária integral denominada Nissei FID S.A., com objetivo de captação de recursos financeiros, conforme evidenciado em nota explicativa 17.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia demonstra os valores consolidados entre Farmácias e Drogerias Nissei S.A. e Nissei Fid S.A.. Em 2020, para as peças da demonstração onde a informação é aplicável, a consolidação se dá entre Farmácias e Drogerias Nissei S.A. e Nissei Administradora de Bens Ltda., a qual teve suas quotas integralmente vendidas em 30 de junho de 2020.

Endividamento

O Grupo captou recursos em maio de 2021, no montante de R\$ 200.000, divididas em duas emissões, sendo no dia 26 de maio de 2021 por meio de emissão de debênture pública (2ª Emissão da Companhia Farmácia Nissei S.A) no valor de R\$ 120.000 e em 19 de maio de 2021, emissão privada no valor de R\$ 80.000 (1ª emissão realizada pela Nissei FID S.A.), vide nota explicativa 23 para maior detalhamento.

Os recursos foram utilizados, majoritariamente, para amortizar antecipadamente e de forma facultativa as debêntures referentes à primeira série da primeira emissão (29 de outubro de 2017) e o saldo remanescente foi utilizado no curso normal dos negócios da Companhia (para maior detalhamento vide nota explicativa 23).

Impactos relacionados à pandemia COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Até a presente data, no entanto, os impactos do surto foram brandos para a Companhia. As despesas que a Companhia incorreu para se proteger do surto não foram relevantes e embora o faturamento da Companhia tenha sido levemente impactado nos meses de abril a junho de 2020, as ações de redução de custos tomadas pela Administração garantiram a recuperação dos resultados perdidos nestes meses em função desta perda de faturamento.

Desde junho de 2020, a Companhia vem recuperando o seu faturamento, o qual segue em linha com as projeções pré-pandemia, fato que consolidou-se para o ano de 2021.

Diante do cenário atual que o país atravessa por conta da COVID-19, mesmo considerando os baixos impactos observados, a Companhia avaliou potenciais perdas na realização dos ativos, como por exemplo as perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa e realização dos estoques, levando em consideração os fatos e circunstâncias atuais com o objetivo de verificar se, de fato, houve um aumento significativo no risco de crédito ou de perdas em seus estoques (fato em consonância ao Ofício Circular CVM-SNC/SEP nº03/2020).

A Companhia adotou como premissa para avaliação dos impactos na perda esperada de crédito os saldos de contas a receber, conforme demonstrado na nota explicativa 10, a qual demonstra que o saldo a receber está substancialmente concentrado com as administradoras de cartões (Cielo, Rede e Safra). A Administração não identificou para estes saldos, e demais saldos da carteira, aumento significativo no risco de crédito em relação a realização destes momentos que justificassem qualquer impacto na provisão.

Adicionalmente, em relação a cadeia de fornecimento de produtos para revenda em suas lojas, também não foi identificado qualquer indicativo de risco adicional de não realização dos estoques ou risco de desabastecimento ou dificuldades de fornecimentos que possam prejudicar as operações da Companhia por falta de produtos para revenda.

Venda de investimento

A Nissei Administradora de Bens Ltda. tem como objeto social a administração de imóveis próprios e de terceiros, aluguel, compra e venda de imóveis próprios e terceiros, atividades de serviços florestais, abate, corte, derrubada de árvores e transporte de toras, avaliação da madeira, repovoamento e plantio florestal, extração e comércio da madeira e de transporte rodoviário de passageiros.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia optou pela venda integral das quotas de participação societária (99,9641%) que detinha na então controlada Nissei Administradora de Bens Ltda.. Desta forma deixou de participar na integralidade da gestão e decisão estratégica da investida. A venda da participação societária tem por objetivo o foco exclusivo da Companhia no mercado farmacêutico, considerando as oportunidades potenciais de crescimento de vendas e serviços.

Vide informações referente à base de preparação das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020 na nota explicativa 6a.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e também com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração do Grupo autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 em 16 de março de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 6.

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 incluem as informações da Companhia e as informações da sua controlada Nissei Fid S.A.. Já para o exercício findo em 31 de dezembro 2020, a consolidação se dá junto a então controlada Nissei Administradora de Bens Ltda.. Em 2020, a base de consolidação, compreende o período findo em 30 de junho de 2020, considerando a data da venda do investimento, conforme descrito na nota explicativa 17.

As informações consolidadas são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis.

As práticas contábeis adotadas pela controlada foram aplicadas de maneira uniforme e consistente com aquelas adotadas pela Companhia. Quando aplicável, todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 21** – prazo de arrendamento e premissas utilizadas na determinação das taxas de desconto utilizadas na mensuração dos passivos de arrendamento mercantil.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 23** – valorização das debêntures (valorização da segunda série conforme estimativa do prazo para liquidação do passivo financeiro);
- **Notas explicativas 28** – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota explicativa 34** – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC e IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 23-** debêntures (determinação do valor justo da segunda série de debêntures – 1ª emissão). Os valores do contrato de debêntures consistem em duas séries, sendo a primeira série ao valor das taxas pré-fixadas com prazo de 48 meses (custo amortizado), qual foi quitada de forma facultativa em maio de 2021, e a segunda série ao valor justo, nos termos do contrato e descritos na referida nota explicativa. A segunda série da 1ª emissão de debêntures é mensurada a cada data de reporte, ao valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Segunda série da 1ª emissão debênture, que é mensurada pelo valor justo – nota 23;
- Contratos de *swap* para proteção cambial, mensurados a valor justo – nota 14.

6 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Na consolidação dos saldos comparativos está contemplado o investimento na:

- Nissei Fid S.A., em 2021; e
- Nissei Administradora de Bens Ltda. (até junho de 2020).

	Porcentagem de participação		
	Controle	31.12.2021	31.12.2020
Nissei Fid S.A.	Direto	100,00%	-

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Em 30 de junho de 2020, o Grupo efetivou a venda integralidade das quotas que detinha (99,9641%), em sua então controlada Nissei Administradora de Bens Ltda. (veja detalhes na nota explicativa 17). Por este motivo, os saldos consolidados apresentados nestas demonstrações financeiras e identificados como demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, consideram os efeitos da consolidação das informações da então investida até a data de sua venda. Os saldos apresentados no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 são exclusivamente os da própria Companhia, tendo em vista a venda da sua única subsidiária em 30 de junho de 2020.

Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações entre a controladora e controlada, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com a controlada registrada por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na controladora. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

O exercício social da controlada é coincidente com o da controladora, bem como as práticas contábeis, de forma que na consolidação não existem efeitos materiais a serem considerados.

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado.

c. Receita

Venda de bens

A receita de vendas é reconhecida quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

- Quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- Quando o Grupo puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- Quando o Grupo puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- Quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, à época ou o valor dos fluxos de caixa futuros do Grupo se modifiquem como resultado do contrato); e
- Quando for provável que o Grupo receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, o Grupo considera apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido. O valor da contraprestação à qual o Grupo tem direito pode ser inferior ao preço declarado no contrato se a contraprestação for variável, pois a entidade pode oferecer ao cliente uma redução de preço.

A receita do Grupo advém de revenda de mercadorias (medicamentos, perfumaria, cosméticos e outros produtos). Os clientes obtêm o controle da mercadoria adquirida no momento em que as mercadorias são entregues e aceitas nos pontos de vendas do Grupo. Entende-se, portanto, que trata-se de uma única obrigação de desempenho não havendo, complexidade na definição das obrigações de desempenho e transferência de controle das mercadorias aos consumidores. Os pagamentos de clientes são realizados, substancialmente, através de cartão de crédito, carta de débito e dinheiro. As vendas parceladas ocorrem através de cartão de crédito em até seis parcelas mensais.

Verbas de marketing e publicidade

Verbas de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio – tratam-se de programas de venda do Grupo planejados em conjunto com seus fornecedores. O fornecedor tem o interesse de promover seus produtos na rede de lojas e estabelecimentos de venda do Grupo. Para tanto, negocia formas diferentes de pagamento com o Grupo a fim de que o preço final da mercadoria ao consumidor seja vantajoso sem qualquer prejuízo às margens brutas de venda para estas mesmas mercadorias em outras condições que não sejam em caráter promocional. Essas negociações, normalmente, ocorrem com a área de compras do Grupo e são repassadas para a área de vendas para execução, alinhada com as estratégias de venda do Grupo. A partir do momento em que a obrigação de desempenho foi satisfeita (comercialização do produto associado à promoção), o Grupo reconhece o resultado desses acordos comerciais referente a verbas de marketing e publicidade, a crédito como receita de serviços prestados (verbas), tendo como contrapartida um valor a receber do fornecedor no ativo.

d. Benefícios a empregados (curto prazo)

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

O Grupo classifica juros e dividendos recebidos como fluxos de caixa de investimento, e, juros sobre capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

f. Impostos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes para os dois exercícios apresentados:

- Instalações - 10 anos
- Veículos em uso - 5 anos
- Móveis e utensílios - 10 anos
- Máquinas e equipamentos - 10 anos
- Equipamentos de informática - 5 anos
- Edificações – 25 anos
- Benfeitorias em imóveis de terceiros - Conforme contrato de locação vigente.
- Direito de uso – arrendamento – conforme contrato de locação vigente (vide detalhes na nota 21)

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Intangível

Softwares

Os ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

As licenças de uso de sistemas de informática são demonstradas pelo valor de custo de aquisição e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas são as seguintes para os dois exercícios apresentados:

- Softwares - 5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Fundo de comércio

Os pontos comerciais (fundo de comércio) compreendem a cessão do local de instalação das lojas do Grupo e são mensurados pelo custo histórico de aquisição e mantidos no ativo até quando os benefícios econômicos futuros forem prováveis. A vida útil atribuída à este grupo de ativos intangíveis é conforme contrato de locação vigente. Qualquer perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

j. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, do Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para toda a vigência.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para toda a vigência do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando existe atraso maior que 180 dias e a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA).

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

l. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

m. Arrendamentos

Como arrendatário, o Grupo arrenda diversos ativos, principalmente imóveis. De acordo com o CPC 06(R2)/IFRS16, o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. O Grupo não atua como arrendador em contratos que contém um componente de arrendamento.

n. Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações acima de 30 dias, de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado.

o. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 4(b)).

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

p. Informações por segmento

O Grupo desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões.

As receitas do Grupo são provenientes integralmente do mercado nacional e concentradas na região sul do país. Não há cliente individual que represente mais de 10% das vendas da Companhia.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020;

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); e
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e bancos	24.078	34.191	24.112	34.191
Aplicações financeiras	57.604	30.995	57.605	30.995
Total	81.682	65.186	81.717	65.186

No grupo de caixas e bancos, o montante total é composto pelos caixas físicos das lojas e contas bancárias correntes nos bancos: Banco Safra, Banco Itaú, Banco do Brasil e Banco BV e Banco ABC.

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 correspondem a aplicações em Certificado de Depósito Bancário – CDB, com liquidez imediata e são atualizadas à variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com rendimento médio de 101,50% (CDB), refletem o valor da realização, sem risco de mudança de valor ou perda de rendimentos.

9 Aplicações financeiras (Controladora e Consolidado)

Em 31 de dezembro, as aplicações financeiras estão representadas pelo montante de R\$ 878 (R\$ 841 em 31 de dezembro de 2020), cujo saldo está representado pelas operações no Banco BOCOM, sendo a realização das aplicações atreladas ao vencimento da debênture de segunda série da 1ª Emissão. Os recursos aplicados estão atualizadas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI 100%, e refletem o valor da realização, sem risco de mudança de valor ou perda de rendimentos.

10 Contas a receber de clientes (Controladora e Consolidado)

	31.12.2021	31.12.2020
Cartões de crédito	109.137	91.034
Convênios	6.965	6.005
Farmácia popular	5.166	4.278
Outras contas a receber	250	87
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(81)	(1.255)
Total	121.437	100.149

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

	31.12.2021	31.12.2020
A vencer	99.847	90.315
Vencidos em até 30 dias	12.530	6.977
Vencidos entre 31 a 60 dias	3.342	2.609
Vencidos entre 61 a 90 dias	1.151	180
Vencidos entre 91 a 180 dias	1.759	708
Vencidos acima de 181 dias	2.889	615
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(81)	(1.255)
Total	121.437	100.149

O prazo médio de recebimento é de aproximadamente 23 dias, composto por contas a receber de clientes, por cartões de crédito e por parcerias realizadas com empresas e governo. Este prazo é considerado como parte das condições normais e inerentes as operações do Grupo. Parte substancial dos valores vencidos acima de 31 dias, estão representados por recebimentos através de convênios, e por meio do programa de benefício em medicamentos – PBM’s.

Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

As contas a receber são substancialmente representados por valores a receber das administradoras de cartão de crédito de primeira linha, sendo as principais Cielo, Rede e Safra Pay. Baseado no histórico de perdas destes recebíveis a administração avalia o risco de crédito como muito baixo.

As contas a receber de convênios representam contratos específicos com empresas que disponibilizam benefícios aos seus colaboradores para compra de produtos com desconto nas lojas da Nissei. A Companhia considera o risco de crédito baixo devido aos rigorosos critérios seletivos para aceitação destas parcerias.

Informações adicionais relacionadas à exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao ‘Contas a receber de clientes’, estão divulgadas na nota explicativa 35.

A movimentação das perdas por redução ao valor recuperável está demonstrada a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial	(1.255)	(2.670)
Constituições (a)	(79)	(2.591)
Baixas efetivas (b)	1.253	4.006
Total	(81)	(1.255)

- (a) A Companhia tem como política para reconhecimento do *impairment* das contas a receber os títulos vencidos há mais de 180 dias, os quais são analisados individualmente. A maior parte deste saldo se refere aos recebimentos da Farmácia Popular, para os quais há expectativa de recebimento.
- (b) As baixas compreendem os valores previamente provisionados.

11 Estoques (Controladora e Consolidado)

	31.12.2021	31.12.2020
Mercadorias para revenda	270.739	240.658
Materiais de consumo	<u>945</u>	<u>1.735</u>
Total	<u>271.684</u>	<u>242.393</u>

Os estoques estão distribuídos da seguinte forma nos estabelecimentos do Grupo:

	31.12.2021	31.12.2020
Centro de distribuição	69.725	56.233
Lojas da rede	204.142	192.839
(-) Provisão para perdas nos estoques (a)	<u>(2.183)</u>	<u>(6.679)</u>
Total	<u>271.684</u>	<u>242.393</u>

- (a) A provisão para perda nos estoques inclui: (i) as mercadorias vencidas e danificadas, sem a expectativa de ressarcimento nas políticas dos fabricantes, totalizando R\$ 1.031 (R\$ 3.372 em 31 de dezembro de 2020); e (ii) provisão de perdas de inventário na rede de lojas (roubos, perdas e baixas) no montante de R\$ 1.152 (R\$ 3.307 em 31 de dezembro de 2020). O efeito da constituição, reversão ou baixa das perdas esperadas com estoques de mercadorias é registrado na demonstração do resultado, na rubrica de “custo das mercadorias vendidas”.

As variações nos saldos de estoques de mercadorias para revenda, na controladora e no consolidado, foram incluídas no “Custo dos Produtos Vendidos” e totalizam R\$ 1.219.830 (R\$ 1.059.907 em 31 de dezembro de 2020 na controladora e R\$ 1.060.365 no consolidado). Os valores incluem o valor da baixa de estoques de mercadorias reconhecidas como perdas no exercício e totalizaram R\$ 10.109 (R\$ 17.044 em 31 de dezembro de 2020).

A movimentação da provisão de estoques no exercício encontra-se apresentada a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial	(6.679)	(2.253)
Constituições (a)	(6.207)	(6.679)
Baixas	<u>10.703</u>	<u>2.253</u>
Total	<u>(2.183)</u>	<u>(6.679)</u>

- (a) As constituições de perdas consideram a expectativa da Companhia com perdas com estoques vencidos, danificados e inventários, e embasadas nos controles de estoques realizados diariamente na rede de lojas e CD.

12 Impostos a recuperar (Controladora e Consolidado)

	31.12.2021	31.12.2020
Tributos sobre o lucro a recuperar		
IRRF – Imposto de renda retido na fonte	359	834
IRPJ – Imposto de renda pessoa jurídica	-	838
CSSL – Contribuição social sobre lucro líquido	-	1.618
	359	3.290
Outros tributos a recuperar		
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias (a)	101.316	94.031
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias – perdas (b)	6.300	6.704
PIS – Programa de integração social	-	1.177
COFINS – Contribuição para o financiamento da seguridade social	-	5.393
Outros impostos a recuperar	-	11
	107.616	107.316
Total dos impostos a recuperar	107.975	110.606
Ativo circulante	60.340	59.800
Ativo não circulante	47.635	50.806

- (a) O saldo de R\$ 101.316 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 94.031 em 31 de dezembro de 2020) é oriundo do ressarcimento do ICMS-ST (substituição tributária não definitivo), onde as bases fiscais de apuração presumida foram maiores que a efetiva, e também, sobre as entradas no seu Centro de Distribuição (transferências reversas e compras de distribuidor), onde o ICMS ST foi retido anteriormente, permitindo nesses casos o aproveitamento do crédito, conforme item a.1 abaixo. Os respectivos créditos vêm sendo consumidos, progressivamente, principalmente por conta de produtos que estão fora da sistemática da substituição tributária.

Composição dos créditos de ICMS a recuperar

	31.12.2021	31.12.2020
ICMS-ST - pago antecipadamente	-	4.601
ICMS-ST - não definitivo (a.1)	101.316	89.430
	101.316	94.031

- (a.1) ICMS-ST não definitivo

O montante de R\$ 101.316 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 89.430 em 31 de dezembro de 2020) refere-se ao montante pendente de realização créditos de ICMS-ST. Os créditos foram reconhecidos em função da decisão do STF, que em sede de repercussão geral, garantiu o direito de ressarcimento ao contribuinte que recolheu antecipadamente o ICMS ST em bases de cálculo superiores aquelas efetivamente comercializadas. Conforme recepção da matéria e regulamentação no Estado do Paraná, através do Decreto nº 3.886/2020, e NPFº 003, não foram reconhecidos créditos fiscais de períodos anteriores a decisão do STF, a qual permite o levantamento e ressarcimento e/ou complemento das diferenças do ICMS-ST a partir de outubro de 2016. Referente a este tema, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi registrado o total de R\$ 63.636 de créditos extemporâneos referente ao período de julho de 2017 até dezembro de 2019. Além deste, a partir de 2020, nenhum outro crédito extemporâneo foi reconhecido desta natureza, apenas créditos e ressarcimentos da operação mensal do período de competência.

Nos casos em que o Centro de Distribuição recebe mercadoria com o ICMS ST retido anteriormente, é autorizado lançamento do crédito do imposto próprio, e o retido por substituição tributária em conta gráfica, conforme previsto no regime especial nº 6.577/2020, que atribuiu a condição de substituto tributário ao centro de distribuição. Nesse sentido, parte do montante a recuperar de R\$ 101.316 corresponde ao reconhecimento do crédito desta natureza. Durante o exercício de 2021 o valor apurado e reconhecido foi de R\$ 9.932 nas transferências internas das lojas para o centro de distribuição, e R\$ 8.542 nas aquisições com a retenção do imposto.

Os respectivos saldos totais pendentes de realização já levantados e reconhecidos deverão ser realizados no período estimado entre 24 e 36 meses nas operações da Companhia.

(b) Ressarcimento de ICMS-ST sobre perdas de mercadorias

A Companhia realizou requerimento para restituição/compensação dos créditos tributários e obteve deferimento em dezembro de 2020, com a instrução para reconhecimento integral em conta gráfica. E devido ao aumento do ICMS próprio em sua operação, a Companhia irá reconhecer o crédito conforme a determinação e retorno do posto fiscal, para garantir a realização no prazo de até 24 meses em suas operações.

13 Direitos sobre precatórios (Controladora e Consolidado)

Os direitos sobre precatórios são de esfera estadual e estão da seguinte forma distribuídos:

	31.12.2021	31.12.2020
Termo de obrigações - Precatório 48.609/1997 (a)	44.667	43.670
Créditos remanescentes - acordo geral (b)	7.461	7.344
Saldo remanescente do precatório nº 51.218/97 (c)	4.031	3.813
Outros precatórios estaduais (d)	1.431	1.431
Total de direitos sobre precatórios	57.590	56.258
Ativo circulante	52.128	-
Ativo não circulante	5.462	56.258

- (a) Créditos decorrentes do Precatório nº 48.609/1997 cedidos no termo de obrigações entre o Grupo e a CR Almeida S.A. em 23 de março de 2016. Em 31 de dezembro de 2021 somam o montante de R\$ 44.667 (R\$ 43.670 em 31 de dezembro de 2020), os quais se encontram devidamente atualizados aos índices legais aplicados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJPR.
- (b) Os saldos do precatório 51.218/97, remanescentes no valor de R\$ 7.461 em 31 de dezembro 2021 (R\$ 7.344 em 31 de dezembro de 2020) são provenientes da conciliação efetuada junto ao estado em 18 de dezembro de 2014, onde o Grupo detinha em um único precatório o valor de R\$ 110.725 e débitos de ICMS com o Estado do Paraná no montante de R\$ 106.284, resultando no saldo remanescente de direito, os quais se encontram devidamente atualizados aos índices legais aplicados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJPR
- (c) Os saldos remanescentes do precatório nº 51.218/97 no valor de R\$ 4.031 em 31 de dezembro de 2021, (R\$ 3.813 em 31 de dezembro de 2020) tem como credora originária a CR Almeida. Após a avaliação dos créditos do precatório, a administração da Companhia, com base nas opiniões de seus assessores jurídicos e utilizando dos relatórios da Procuradoria do Estado do Paraná, entendeu que a operação de compra e valor praticamente certo de crédito do precatório, resultava na perda do valor recuperável, sendo o montante de R\$ 6.285, imediatamente reconhecida no resultado do período da avaliação 30 de junho de 2020.
- (d) Os demais créditos de precatórios, que somam R\$ 1.431, registrados no ativo não circulante, estão registrados pelo valor de custo e não incidem correção monetária e juros de mora, sendo irrecuperáveis, conforme escrituras públicas de cessão firmadas entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia transferiu para o ativo circulante o montante de R\$ 52.128 referente aos direitos sobre precatórios nº 48.609/1997 e créditos remanescentes – acordo geral (R\$ 44.667 e R\$ 7.461 respectivamente), em decorrência ao desmembramento do processo para fase de cumprimento de sentença, onde foram abertas contas vinculadas ao CNPJ da Companhia, alterando a expectativa de recebimento para o curto prazo.

Em relação aos demais créditos precatórios deverão ser realizados até 31 de dezembro de 2024, atendendo a Emenda Constitucional nº 99/2017, considerando o prazo limite para pagamento de precatórios.

14 Instrumentos financeiros derivativos (Controladora e Consolidado)

As estratégias e políticas para contratação de instrumentos financeiros, estão descritas na nota explicativa 35.

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo tem o contrato na modalidade SWFC Netting Termo com o Banco BV, com o objetivo de proteção ao risco cambial do contrato de empréstimo em moeda estrangeira.

Saldo em 31 de dezembro 2021

Valor do principal - Notional	Ponta ativa	Ponta passiva	Ativo (passivo)
23.294	33.942	24.650	9.292

Saldo em 31 de dezembro de 2020

Valor do principal - Notional	Ponta ativa	Ponta passiva	Ativo (passivo)
23.294	43.816	31.623	12.193

As variações nos saldos passivos (empréstimos) e demais garantias vinculadas estão descritas na nota explicativa 22.

15 Outros ativos (Controladora e Consolidado)

Os valores a receber de outros ativos estão assim compostos:

	31.12.2021	31.12.2020
Outros ativos – partes relacionadas		
Recebíveis por venda de participação societárias (a)	86.138	84.426
Recebíveis por venda de ativos imobilizados (b)	15.619	15.619
Adiantamento de lucros (e)	2.300	-
Total outros ativos – partes relacionadas	104.057	100.045
Outros ativos – terceiros		
Acordos comerciais a receber (c)	33.252	26.687
Antecipações para colaboradores	3.158	1.814
Antecipações para fornecedores	3.582	2.177
Prêmios de seguros	1.042	1.298
Outros (d)	6.830	5.800
Total outros ativos – terceiros	47.864	37.776
Total outros ativos	151.921	137.821
Ativo circulante	147.440	33.452
Ativo não circulante	4.481	104.369

- (a) O montante de R\$ 86.138 a receber em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 84.426 em 2020) refere-se a venda das quotas da então controlada Nissei Administradora de Bens. A variação entre os períodos demonstrados são relativos ao reconhecimento do ajuste a valor presente, e a classificação, agora no circulante, encontra-se em linha com o prazo de vencimento contratual. Informações adicionais da operação de venda constam nas notas explicativas 16 e 17.

- (b) O valor de R\$ 15.619 a receber refere-se a recebíveis por venda de ativos imobilizados da Nissei. Informações adicionais da operação de venda constam na nota explicativa 16.
- (c) Os saldos a receber de acordos comerciais referem-se a negociações com fornecedores de mercadorias para venda diferenciada de seus produtos nas lojas. Compreendem descontos financeiros no momento da venda ao consumidor, bem de como, programas de benefícios, verbas de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio e ainda abatimento por metas de volume, aferidos tanto nas compras quanto nas vendas.
- (d) O saldo de R\$ 6.830 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 5.800 em 2020), é referente à valores de IPTU a apropriar, aluguéis sublocação, bloqueios judiciais bem como, garantias de estruturação.
- (e) Valores referem-se a adiantamento de lucros realizados aos sócios no decorrer do período.

16 Partes relacionadas (Controladora e Consolidado)

As transações com partes relacionadas em aberto são precificadas com base em condições específicas estabelecidas entre as partes, as quais poderiam ser diferentes caso fossem realizados com terceiros e devem ser liquidados conforme fluxo de caixa dos envolvidos, quando a data de vencimento não tiver sido formalmente determinada.

Abaixo demonstramos os saldos:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Ativo circulante				
Adiantamento de lucros (a)	2.300	-	2.300	-
Recebíveis por venda de investimento para sócios (b)	86.138	-	86.138	-
Recebíveis por venda de ativos para a Nissei				
Administradora de Bens (c)	15.619	-	15.619	-
Resultado participação societária (f)	92	-	-	-
Total do ativo circulante	104.149	-	104.057	-
Ativo não circulante				
Venda de investimento para sócios (b)	-	84.426	-	84.426
Venda de ativos para a Nissei Administradora de Bens (c)	-	15.619	-	15.619
Total do ativo não circulante	-	100.045	-	100.045
Passivo				
Juros sobre o capital próprio (d)	1.400	935	1.400	935
Nissei Fid S.A (e)	81.470	-	-	-
Total do saldo passivo circulante	82.870	935	1.400	935
Total Ativo partes relacionadas	104.149	100.045	104.057	100.045
Total Passivo partes relacionadas	82.870	935	1.400	935

- (a) Valores referem-se a adiantamento de lucros aos sócios realizados no período.
- (b) Em 30 de junho de 2020, o Grupo optou pela venda integral das quotas (99,9641%) que possuía na investida Nissei Administradora de Bens Ltda., desvinculando-se na integralidade da gestão e decisão estratégica da investida. O valor da venda das quotas na integralidade corresponde ao montante de R\$ 87.000, devendo o montante ser pago pelos sócios da investida no prazo de até 24 meses (vencimento final em 30 de junho de 2022). O valor da transação foi estabelecido conforme contrato entre as partes, cujo valor poderia ter sido diferente se negociado com terceiros, sendo reconhecido os efeitos da taxa de juros de 100% do CDI, considerando como base a taxa média de remuneração dos investimentos em aplicações financeiras (CDB) da Companhia, para o reconhecimento do ajuste a valor presente, sendo o saldo remanescente ajustado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 86.138 (R\$ 84.426 em 31 de dezembro de 2020).

- (c) O saldo em aberto em 31 de dezembro de 2021 refere-se a venda de imóveis no valor de R\$ 15.619, o qual deverá ser pago em moeda corrente até junho de 2022, sujeito a multa em caso de inadimplência de 2% sobre o valor inadimplido que passa a ser atualizado desde então pelo IPCA ou pelo fator de correção monetária que vier a substituí-lo além de juros moratórios de 3% ao ano. O valor da transação gerou ganho na venda de imobilizado no montante de R\$ 2.754 reconhecido no resultado da controladora naquele ano.
- (d) Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 1.400, líquidos das retenções legais, no montante de R\$ 935, os quais ficaram com saldo remanescente de R\$ 578, os quais deverão ser quitados no decorrer do exercício de 2021.
- (e) Em 19 de maio de 2021, a controladora realizou a 3ª emissão de debêntures privadas, no montante de R\$ 80.000 (valor nominal unitário de R\$ 1.000) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, de forma privada em série única, tendo como debenturista a Nissei FID S.A., sendo que essa emissão se fez necessária para que os recursos captados pela Nissei FID S.A. (vide nota explicativa 20, item (iii)) pudessem ser enviados à controladora Farmácia e Drogaria Nissei S.A.. As condições negociadas entre as partes segue a mesma orientação do contrato com os debenturistas terceiros, ou seja, o vencimento dessa operação é em 14 de maio de 2026, com incidência de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de *spread* (sobretaxa) de 5,50% ao ano, base de 252 dias úteis, pagos trimestralmente. A amortização ocorrerá em 15 parcelas trimestrais consecutivas, cuja primeira parcela com vencimento em 14 de novembro de 2022
- (f) Em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 92, refere-se ao resultado de participação societária. Vide nota explicativa 17.

Ainda, a controladora possui imóveis locados da Nissei Administradora de Bens Ltda.. As transações de aluguel são mensuradas com base em condições de mercado e são liquidados em base mensal, compreendendo os desembolsos abaixo durante os respectivos exercícios:

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Centro de Treinamentos Nissei	363	346
Loja Nissei - Champagnat Batel	78	67
Loja Nissei - Alto da XV 24 horas	379	363
Loja Nissei - Juvevê Rocha Pombo	118	112
Loja Nissei - Praia de Leste	151	144
Loja Nissei - Rui Barbosa 24 horas	156	137
Loja Nissei - Tenente Francisco de Souza	702	287
Outros aluguéis	489	673
Total	2.435	2.129

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração destinado à presidência do conselho e diretores estatutários, totalizou em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 5.540 (R\$ 1.725 em 31 de dezembro de 2020).

As participações no capital social, bem como os detalhes do desdobramento das ações da Companhia, estão demonstradas na nota explicativa 29.

17 Investimentos (Controladora e Consolidado)

Em 19 de abril de 2021 a Companhia, criou a controlada integral Nissei FID S.A., com capital de um mil reais, a qual possui sede na Rodovia do Contorno Norte, nº 305, loja 02, Roça Grande, Colombo – PR, com o objetivo de captar recursos no mercado conforme evidenciado na nota explicativa n. 20 item “c”.

Em 31 de dezembro de 2021 a investida apresentou prejuízo no valor de R\$ 9, sobre o qual foi calculada a equivalência patrimonial conforme a participação societária. Adicionalmente, a Companhia realizou integralização de capital no montante de R\$ 100, resultando, em 31 de dezembro de 2021, em um investimento de R\$ 92.

a. Composição dos saldos

	31.12.2021	31.12.2020
Investimento em controlada	<u>92</u>	<u>-</u>
	<u>92</u>	<u>-</u>

b. Movimentação do investimento

Saldo inicial em abril de 2021	1
Aumento de capital	100
Resultado da controlada no período	<u>(9)</u>
Investimentos	<u>92</u>

c. Saldos da controlada

	31.12.2021
Ativo	
Ativo circulante	1.505
Ativo não circulante	<u>80.000</u>
Ativo total	<u>81.505</u>
Passivo	
Passivo circulante	(2.213)
Passivo não circulante	(79.200)
Patrimônio líquido	<u>(92)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>(81.505)</u>
Resultado do período	9
Participação (%)	<u>100%</u>
Equivalência patrimonial	<u>(9)</u>

O saldo de equivalência patrimonial está devidamente, reconhecido na demonstração do resultado da controladora, no grupo de Equivalência patrimonial.

18 Imobilizado (Controlada e Consolidado)

Abaixo demonstrativo das posições de ativo imobilizado e suas movimentações para a controladora e consolidado:

a. Conciliação do valor contábil

Imobilizado	31.12.2021			31.12.2020		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Benfeitorias em imóvel de terceiros	88.736	(53.978)	34.758	74.893	(43.655)	31.238
Equipamentos de informática	29.185	(21.067)	8.118	26.979	(17.481)	9.498
Instalações	29.806	(15.223)	14.583	27.358	(13.080)	14.278
Máquinas e equipamentos	7.482	(5.832)	1.650	7.410	(5.188)	2.222
Móveis e utensílios	65.862	(35.516)	30.346	58.918	(29.821)	29.097
Veículos em uso	6.376	(4.995)	1.381	6.012	(4.973)	1.039
Direito de uso – arrendamento	291.093	(147.370)	143.723	229.652	(92.978)	136.674
Imobilizado em andamento	3.193	-	3.193	1.984	-	1.984
Total	521.733	(283.981)	237.752	433.206	(207.176)	226.030

b. Movimentação do ativo imobilizado (Controladora e Consolidado)

Custo	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóvel de terceiros	Equipamentos de informática	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos em uso	Direito de uso arrendamento	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	66.687	24.103	25.649	7.297	55.278	6.507	181.716	1.266	368.503
Adições	7.467	5.398	3.402	2.867	1.709	129	3.645	43	54.414	7.915	89.743
Baixas	(7.467)	(5.398)	(2.393)	(4)	-	(16)	(5)	(525)	(6.478)	-	(25.040)
Transferências	-	-	7.197	13	-	-	-	(13)	-	(7.197)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	74.893	26.979	27.358	7.410	58.918	6.012	229.652	1.984	433.206
Adições	-	-	6.582	1.926	1.452	72	4.344	1.010	68.908	13.265	97.559
Baixas	-	-	(915)	(4)	-	-	-	(646)	(7.467)	-	(9.032)
Transferências	-	-	8.176	284	996	-	2.600	-	-	(12.056)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	88.736	29.185	29.806	7.482	65.862	6.376	291.093	3.193	521.733

Depreciação acumulada	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóvel de terceiros	Equipamentos de informática	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos em uso	Direito de uso arrendamento	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	(34.808)	(14.185)	(11.118)	(4.540)	(24.414)	(4.910)	(44.071)	-	(138.046)
Adições	-	(29)	(10.324)	(3.300)	(1.962)	(651)	(5.411)	(546)	(48.907)	-	(71.130)
Baixas	-	29	1.477	4	-	3	4	483	-	-	2.000
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	(43.655)	(17.481)	(13.080)	(5.188)	(29.821)	(4.973)	(92.978)	-	(207.176)
Adições	-	-	(11.097)	(3.586)	(2.143)	(644)	(5.695)	(466)	(54.392)	-	(78.023)
Baixas	-	-	774	-	-	-	-	444	-	-	1.218
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	(53.978)	(21.067)	(15.223)	(5.832)	(35.516)	(4.995)	(147.370)	-	(283.981)

Venda de ativo imobilizado

Em 30 de junho de 2020, a Companhia vendeu os bens adquiridos no processo de Massa Falida - Cereal Marechal Ltda. - Supermercado Coletto para a então controlada Nissei Administradora de Bens Ltda., pelo valor de R\$ 15.619, conforme nota explicativa 12, devendo os montantes serem recebidos no período de 24 meses da data da transação. A transação gerou ganho de R\$ 2.754 reconhecido na rubrica de outras receitas operacionais no resultado daquele exercício.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o Grupo e seus acionistas possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia para demandas de captação de empréstimos, conforme divulgado na nota explicativa 22.

Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor é constituído a provisão para *impairment*. Para o período findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou e não identificou indicadores de *impairment*, não havendo, portando, a necessidade de constituição de provisão.

19 Intangível (Controladora e Consolidado)

Custo	Software	Fundo de comércio	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>11.441</u>	<u>10.715</u>	<u>22.156</u>
Adições	2.239	240	2.479
Baixas	-	(709)	(709)
Transferências	(5)	5	-
Amortizações	<u>(4.731)</u>	<u>(2.717)</u>	<u>(7.448)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>8.944</u>	<u>7.534</u>	<u>16.478</u>
Adições	2.706	-	2.706
Baixas	(37)	(162)	(199)
Transferências	(43)	43	-
Amortizações	<u>(3.900)</u>	<u>(2.834)</u>	<u>(6.734)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>7.670</u>	<u>4.581</u>	<u>12.251</u>

Software

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis. O Grupo realiza o reconhecimento de amortizações a taxa de 20%.

O acréscimo na rubrica “Software” refere-se aos custos de implementação de novos sistemas e aprimoramento dos sistemas já existentes.

Fundo de comércio

Os gastos com fundo de comércio compreendem gastos com a aquisição de ponto comercial para operar as lojas da rede de acordo com os direitos adquiridos na aquisição ou locação do estabelecimento comercial. Os montantes são avaliados pelo valor de aquisição e o seu valor recuperável é analisado, no mínimo, anualmente. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou e não identificou a necessidade de constituição de provisão para impairment.

A avaliação do valor recuperável dos gastos com fundo de comércio foi avaliada ao nível de cada unidade geradora de caixa (UGC), no caso do Grupo referem-se as localidades onde estão instaladas cada loja, que inclui tais custos e foi estimado com base na geração dos fluxos de caixa esperados da UGC.

A vida útil atribuída à este grupo de ativos intangíveis é conforme contrato de locação vigente. Qualquer perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

20 Fornecedores (Controladora e Consolidado)

O grupo de fornecedores da Companhia está assim representado, nos períodos de análises:

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de mercadorias	288.946	251.696
Fornecedores de bens e serviços	13.460	9.975
Total	302.406	261.671

21 Arrendamentos a pagar (Controladora e Consolidado)

O Grupo arrenda diversos imóveis para o seus espaços de escritórios, lojas de varejo e centro de distribuição. As locações de imóveis operacionais são executadas por período entre 5 anos (lojas) a 10 anos (centro de distribuição). Alguns arrendamentos incluem a opção de renovação automática por período adicional do mesmo período após o término do prazo do contrato.

Para o reconhecimento inicial do direito de uso e obrigações com arrendamentos foram consideradas as seguintes premissas:

- O início do prazo de arrendamento considera a data em que o Grupo passa a exercer o direito de uso do imóvel. Neste sentido, foi definida a data de assinatura dos contratos, uma vez que a partir dessa data passa a controlar aspectos operacionais do imóvel como reformas e preparação do espaço físico.
- Para a definição do prazo do arrendamento adotou-se o prazo de cada contrato adicionado as premissas detalhadas abaixo ou, quando aplicável, adicionado pelo exercício da Lei nº 8.245/91 (“Lei do Inquilinato”) que concede ao arrendatário (Controladora) o direito à renovações contratuais (direito executável) quando determinadas condições forem atendidas.
- Aluguéis comerciais: Em virtude dessa modalidade de contrato possuir diversos prazos, a Companhia adota as seguintes premissas:
 - Contratos de lojas com prazos de contratos originais renovados automaticamente e que geram resultados operacionais economicamente viáveis, considerou-se o prazo de 60 meses.

- Contratos de lojas com prazos de contratos originais renovados automaticamente e consideradas em avaliação de resultados operacionais, considerou-se o prazo de 24 meses e também o prazo estimado pela Administração de manter as instalações comerciais.
- Aluguel do centro de distribuição: considerado o prazo de contrato do imóvel.
- A taxa de juros incremental de financiamento do arrendamento teve abrangência em todos os contratos e considerou taxas de juros necessárias para adquirir ativos em condições similares àqueles aluguéis contratados na data de assinatura. Após análise, a taxa nominal de desconto ficou entre 0,55% a 0,91% a.m., a qual dentro das análises do Grupo correspondeu a taxas médias das captações de empréstimos, que correspondeu a taxa incremental de financiamento.
- Para a depreciação do ativo de direito de uso, considerando que não há contratos com opção de aquisição do ativo ao final do prazo, foram utilizadas como vida útil do bem, o prazo do contrato de arrendamento, quando da ausência de perda ao valor recuperável, sendo considerado o que for menor. A depreciação do bem ocorre de forma sistemática e linear. Ressalta-se que o Grupo reavalia periodicamente a vida útil dos direitos de uso, incluindo sempre que a operação no referido imóvel apresenta alterações de planos comerciais estratégicos ou verifica-se a intenção dos locadores na descontinuidade do contrato.
- Os encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento são reconhecidos como despesa financeira e apropriados a cada período durante o prazo do arrendamento.

O Grupo ressalta que acompanha periodicamente aspectos das aplicações do Pronunciamento Técnico CPC 01(R1)/IAS36 – Redução do valor recuperável de ativos, no que tange a avaliação de indicadores de perda por valor recuperável com base em parâmetros gerenciais de avaliação de rentabilidade de lojas e centro de distribuição.

A movimentação do passivo de arrendamento, em 31 de dezembro de 2021 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	143.210
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	54.414
Pagamentos efetivados - principal	(43.514)
Pagamentos efetivados – juros	(16.711)
Juros reconhecidos no resultado	16.784
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(6.955)
Saldo em 31 de dezembro 2020	147.228
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	68.908
Pagamentos efetivados - principal	(52.251)
Pagamentos efetivados – juros	(15.309)
Juros reconhecidos no resultado	15.293
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(8.286)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	155.582

Pagamentos mínimos futuros de arrendamento mercantil

	31.12.2021	31.12.2020
Menos de 1 ano	54.818	39.504
Entre 1 e 5 anos	98.283	99.445
Mais de 5 anos	2.481	8.279
Total	155.582	147.228

Conforme orientações da CVM, em seu OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 1/2020, Companhia que optar por reportar os impactos da norma IFRS 16 / CPC06 (R2) em suas demonstrações financeiras de forma diferente daquela recomendada pelas áreas técnicas da CMV (fluxo nominal x taxa de desconto nominal), deverá apresentar os inputs mínimos para que os usuários das demonstrações financeiras possam chegar a estas informações. O Grupo desta maneira optou por divulgar estes inputs mínimos para que os usuários possam então chegar a informação. Isto posto os inputs são:

- Taxa de desconto nominal aplicada entre – 0,55% a.m. a 0,91% a.m..
- Componente de inflação a ser utilizado na projeção dos fluxos (IPCA) – 0,3% a.m.
- Cronograma de pagamentos não inflacionado (tabela abaixo).

	31.12.2021	31.12.2020
2021	-	39.504
2022	54.818	44.179
2023	42.364	35.471
2024	31.288	16.097
2025 em diante	27.112	11.977
Total	155.582	147.228

A movimentação do direito de uso de arrendamento, classificado dentro da conta de ativo imobilizado, em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	137.644
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	54.414
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(6.477)
Depreciação no exercício	(48.907)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	136.674
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	68.908
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(7.467)
Depreciação no exercício	(54.392)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	143.723

22 Empréstimos e financiamentos (Controladora e Consolidado)

O grupo de empréstimos e financiamentos da Companhia está assim representado:

Descrição	Indexador	31.12.2021	31.12.2020
Moeda estrangeira (dólares norte americanos)			
4131 (a)			
Banco BV	Pré fixada + pós fixada (CDI)	38.325	43.832
Total em moeda estrangeira		38.325	43.832
Capital de giro – moeda local			
Banco Safra	Pré fixada + pós fixada (CDI)	71.610	79.290
Banco BV	Pré fixada + pós fixada (CDI)	-	7.655
Banco ABC	Pré fixada + pós fixada (CDI)	29.417	38.532
Banco Itaú	Pré fixada + pós fixada (CDI)	35.614	15.035
Banco BRDE	Pré fixada + pós fixada (Selic)	18.315	9.689
Banco BBM	Pré fixada + pós fixada (CDI)	5.811	6.790
Banco Daycoval	Pós fixada (CDI)	10.540	18.185
Total capital de giro		171.307	175.176
Arrendamentos (Leasing)			
Banco Safra	Pré fixada	-	34
Banco Daycoval - Leasing	Pré fixada	-	194
HP Financial	Pré fixada	1.843	2.636
Total arrendamentos		1.843	2.864
CDC			
Banco Safra – CDC	Pré fixada	908	289
Banco Bradesco - CDC	Pré fixada	-	238
Banco Itaú – CDC	Pré fixada	50	183
Total CDC		958	710
Total de empréstimos e financiamentos		212.433	222.582
Circulante		72.484	67.001
Não circulante		139.949	155.581

- (a) A operação financeira junto ao Banco BV é objeto de cobertura de derivativos, conforme descrito na nota 14. Em 31 de dezembro de 2021, a variação cambial (*Swap*) provisionada para o período corresponde ao montante ativo de R\$ 9.292 (R\$12.193 em 2020).

Covenants financeiros

A Companhia não possui cláusulas de vencimento antecipado contendo índices financeiros atreladas aos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2021.

Cláusulas de inadimplemento ou vencimento antecipado cruzado

Alguns instrumentos de dívida possuem cláusulas de inadimplemento ou vencimento antecipado cruzado, de modo que poderão ser impactados e ter seu vencimento antecipado declarado em decorrência do vencimento antecipado e/ou descumprimento de obrigações relacionadas a outras dívidas da Companhia.

Taxas contratadas

O Grupo trabalha na data de 31 de dezembro de 2021 com juros pré-fixados e juros pós-fixados. As taxas médias de juros são:

- **Pré-fixado** - Juros médios de 0,95 % a.m.
- **Pós fixados** – Juros médios de CDI + 0,31% a.m. ou Juros médios de Selic + 0,30% a.m.

Garantias demais operações

Compõem as garantias para operações de empréstimos e financiamentos do Grupo os seguintes bens e direitos:

- Aval dos acionistas;
- Fluxo de carteira de cartão de crédito;
- Aplicações financeiras (nota explicativa 9);
- Ativos dos acionistas, sendo: Fazenda, ativos biológicos; imóveis comerciais e residências; e
- Veículos diversos e outros bens móveis objetos de operação para aquisição dos mesmos.

Não há qualquer outro ativo do Grupo arrolado em outras operações financeiras.

Movimentações

As movimentações dos empréstimos e financiamentos compreendem:

	Controladora
Saldo em 31.12.2019	<u>192.386</u>
Captações	74.407
Juros e atualizações	26.484
(-) Pagamento do principal	(56.592)
(-) Pagamento de juros	(14.289)
(-) Novos custos da transação	(744)
Amortização de custo da transação	<u>930</u>
Saldo em 31.12.2020	<u>222.582</u>
Captações	65.487
Juros e atualizações	16.033
(-) Pagamento do principal	(73.484)
(-) Pagamento de juros	(17.918)
(-) Novos custos da transação	(1.038)
Amortização de custo da transação	<u>771</u>
Saldo em 31.12.2021	<u>212.433</u>

Cronograma de pagamento:

2022	65.816
2023	61.627
2024	48.693
2025	17.885
2026	12.041
2027	2.414
2028	2.051
2029	1.830
2030	<u>76</u>
Total	<u>212.433</u>

Custo da transação

Os custos de transações incorridos, incluindo encargos financeiros a transcorrer, ainda não apropriados ao resultado do Grupo nas negociações de empréstimos junto aos Bancos ABC, Banco Safra e Banco BV, foram apresentados reduzindo o saldo passivo e serão realizados durante o prazo de vencimento da operação. Abaixo demonstramos a movimentação:

Saldo em 31.12.2019	<u>2.134</u>
Novos custos da transação	744
(-) Amortização de custo da transação	<u>(930)</u>
Saldo em 31.12.2020	<u>1.948</u>
Novos custos da transação	1.038
(-) Amortização de custo da transação	<u>(771)</u>
Saldo em 30.12.2021	<u>2.215</u>

23 Debêntures (Consolidado)

	31.12.2021	31.12.2020
Primeira série (custo amortizado) – 1ª Emissão Farmácia Nissei (i)	-	177.268
Segunda série (valor justo) - 1ª Emissão Farmácia Nissei (i)	44.798	49.236
Primeira série (custo amortizado) – 2ª Emissão Farmácia Nissei (ii)	40.657	-
Segunda série (custo amortizado) - 2ª Emissão Farmácia Nissei (ii)	81.416	-
Primeira série (custo amortizado) – 1ª Emissão Nissei FID S.A. (iii)	81.365	-
(-) Custo da operação da 2ª e 3ª Emissão Farmácia Nissei	<u>(4.455)</u>	<u>-</u>
	<u>243.781</u>	<u>226.504</u>
Passivo circulante	62.149	226.504
Passivo não circulante	181.632	-

- (i) Em 29 de outubro de 2017, a Companhia realizou sua primeira captação de recursos com emissão de debêntures conversíveis em ações da Companhia, que foi realizada junto ao CWB - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégica, subdividida em duas séries, no montante total de R\$ 153.061. A primeira série, cujo saldo estava representado pelo valor de R\$ 177.268 em 31 de dezembro de 2020, tinha como vencimento final em 31 de outubro de 2021, a qual foi quitada de forma antecipada e facultativa em 26 de maio de 2021 no valor de R\$ 185.800.

A segunda série corresponde ao valor justo da opção de venda (put) da debênture série 2, a qual é mensurada com base no cálculo do EBITDA ajustado (corresponde ao lucro da emissora antes dos juros, impostos, despesas financeiras líquidas, depreciação, amortização, outras receitas /despesas operacionais líquidas, despesas administrativas e líquido de qualquer efeito de AVP) acumulado dos últimos doze meses multiplicados por 8,5, multiplicados por 4,4 %, cuja opção pode ser exercida, a critério do credor, a partir de 31 de outubro de 2021 até 31 de outubro de 2023, e portanto, o valor devido está classificado no passivo circulante.

- (ii) Em 26 de maio de 2021, a Companhia emitiu R\$ 120.000 (valor nominal unitário de R\$ 1.000,00) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, de forma pública em conformidade aos termos da Instrução da CVM nº 476 dividida em duas séries:
- (a) 1ª Série no valor de R\$ 40.000, com vencimento em 26 de maio de 2024, com incidência de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de *spread* (sobretaxa) de 4,50% ao ano, base de 252 dias úteis, pagos trimestralmente. A amortização ocorrerá em 9 parcelas trimestrais consecutivas, cuja primeira parcela com vencimento em 14 de maio de 2022.
- (b) 2ª Série no valor de R\$ 80.000, com vencimento em 26 de maio de 2026, com incidência de juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% da taxa D.I, acrescidas *spread* (sobre taxa) de 5,50% a.a., base de 252 dias úteis, pagos trimestralmente. A amortização ocorrerá em 15 parcelas trimestrais consecutivas, cuja primeira parcela com vencimento em 14 de novembro de 2022.
- (iii) Em 19 de maio de 2021, a Nissei Fid S.A. emitiu R\$ 80.000 (valor nominal unitário de R\$ 1.000) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, de forma privada em série única, a qual terá vencimento em 19 de maio de 2026, com incidência de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de *spread* (sobretaxa) de 5,00% ao ano, base de 252 dias úteis, pagos trimestralmente. A amortização ocorrerá em 15 parcelas trimestrais consecutivas, cuja primeira parcela com vencimento em 14 de novembro de 2022.

Covenants

Os covenants para a segunda e terceira emissão de debêntures, serão calculados pela Companhia e acompanhado pelo Agente Fiduciário, sendo a primeira apuração com base nas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício a findo em 31 de dezembro de 2021:

- Acompanhamento semestral: Indicador de liquidez por meio da fórmula “Dívida Líquida ajustada (correspondente ao resultado de Empréstimos e Financiamentos, deduzido de Caixa e Aplicações Financeiras, normalizada a série 2 da primeira emissão de debentures para que esta sempre reflita o valor a ser pago em caso de valorização pela metodologia da PUT) dividido pelo EBITDA ajustado (resultado consolidado antes das despesas financeiras, do resultado de equivalência patrimonial, de tributos e contribuições sobre o lucro e de participações minoritárias, acrescido das despesas de depreciação e amortização; e deduzido das Despesas de Arrendamento), sendo desconsiderados efeitos extemporâneos, CPC 06 (R2) / IFRS 16 e ajustes a valor presente (AVP), devendo atingir no primeiro ano o indicador de 3,60, no segundo ano 3,25, no terceiro ano 3,00, no quarto ano 2,75 e no quinto ano 2,50.
- Acompanhamento anual: Razão entre Ativo circulante e o Passivo Circulante Consolidado maior ou o igual a 1,10.
- Acompanhamento anual: Valores nominais mínimos de patrimônio líquido consolidado maior ou igual a R\$ 27.000, valor deve ser corrigido anualmente pelo IPCA.

Cessão fiduciária e direitos cedidos

Para a segunda e terceira emissão, as garantias serão compartilhadas, as quais possuem as seguintes características:

- Direitos creditórios representados pelo precatório requisitório nº 48.609/97, no valor original, em janeiro de 2017, de R\$ 34.911 e o precatório requisitório nº 51.218/97, no valor original, em dezembro de 2014, de R\$ 4.441, ambos passíveis de correção monetária e incidência de juros, representados pelo montante de R\$ 43.827 e R\$7.344 respectivamente.
- Alienação de 50% mais uma ação da totalidade do capital social da Companhia detidas pelo Sérgio Maeoka, cujo percentual corresponde a 76.021.268 de ações ordinárias.

- Deverão transitar mensalmente na conta vinculada com o Banco Safra, até o término da operação, no mínimo, R\$ 20.000. Para fins de pagamento da amortização será constituída uma reserva, a ser retida na referida conta, cujo saldo deverá representar o percentual do saldo do valor do serviço da dívida, a saber:
 - (i) 25% faltando 60 dias para cada Data de Pagamento da Remuneração ou Data de Amortização;
 - (ii) 50% faltando 45 dias para cada Data de Pagamento da Remuneração ou Data de Amortização;
 - (iii) 75% faltando 30 dias para cada Data de Pagamento da Remuneração ou Data de Amortização;
 - (iv) 100% (cem por cento) faltando 15 (quinze) dias para cada Data de Pagamento da Remuneração ou Data de Amortização.

Movimentação dos saldos de debêntures

Movimentação	Custo amortizado	Valor justo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	149.110	40.602	189.712
(+) Apropriação custo da transação	2.013	-	2.013
(+) Atualização debênture - série 1	68.340	-	68.340
(+) Atualização debênture - série 2	-	8.634	8.634
(-) Pagamento de principal	(25.000)	-	(25.000)
(-) Pagamento de juros	(17.195)	-	(17.195)
(=) Total das movimentações	28.158	8.634	36.792
Saldo em 31 de dezembro de 2020	177.268	49.236	226.504
(+) Atualização 1ª Emissão de debêntures	13.574	-	13.574
(-) Pagamento de juros	(9.909)	-	(9.909)
(-) Pagamento de principal 1ª Emissão de debêntures	(182.610)	-	(182.610)
(+) Apropriação custo da transação - 1ª (i)	1.677	-	1.677
(-) Custo da transação 2ª e 3ª Emissão (ii)	(5.100)	-	(5.100)
(+) Captação de recursos - 2ª Emissão	120.000	-	120.000
(-) Atualização 2ª série - 1ª Emissão	-	(4.438)	(4.438)
(+) Atualização 2ª Emissão de debêntures	5.720	-	5.720
(-) Pagamento de juros 2ª Emissão	(3.932)	-	(3.932)
(+) Captação de recursos - 3ª Emissão	80.000	-	80.000
(+) Atualização 3ª Emissão de debêntures	5.734	-	5.734
(-) Pagamento de juros 3ª Emissão	(4.084)	-	(4.084)
(+) Apropriação custo da transação - 2ª e 3ª Emissão	645	-	645
(=) Total das movimentações	21.715	(4.438)	17.277
Saldo em 31 de dezembro de 2021	198.983	44.798	243.781

- (i) Os custos de transações incorridos na primeira emissão de debêntures foram integralmente amortizado no valor R\$ 1.677 em virtude do pagamento facultativo feito antecipadamente.

- (ii) No que se refere a segunda e terceira emissão de debêntures os gastos com a estruturação da emissões e serviços especializados foram reduzidas do valor efetivo recebido de debêntures, a título de adiantamento para despesas necessárias ao longo do prazo da operação para com obrigações do contrato e manutenção do Debenturista no valor de R\$ 5.100:

Contratação de serviços especializados	5.100
2021	<u>(645)</u>
Saldo a apropriar	<u>4.712</u>

24 Obrigações sociais e trabalhistas (Controladora e Consolidado)

A obrigações sociais e trabalhistas do grupo, estão assim representadas:

	31.12.2021	31.12.2020
Salários a pagar	14.334	10.904
FGTS a recolher	1.594	1.526
INSS a recolher	5.130	5.035
Provisão de férias e encargos	21.468	18.572
Prêmios de produtividade e companhas	11.476	9.731
Outras obrigações trabalhistas	<u>830</u>	<u>499</u>
Total	<u>54.832</u>	<u>46.267</u>

25 Obrigações fiscais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
PIS e COFINS a recolher	175	166	223	166
IRPJ a recolher	139	2.401	139	2.401
CSLL a recolher	196	897	196	897
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias – SP/SC	862	-	862	-
ICMS ST - Substituição tributária a recolher	16.218	16.240	16.218	16.240
Outros impostos e taxas (a)	<u>2.899</u>	<u>2.431</u>	<u>2.899</u>	<u>2.431</u>
Total	<u>20.489</u>	<u>22.135</u>	<u>20.537</u>	<u>22.135</u>

- (a) Outros impostos e taxas é composto por vários outros impostos, tais como taxas de ISS, Fundo de pobreza, IRRF s/ folha de pagamento, INSS retido na folha de pagamento e ainda PIS/COFINS/CSLL retidos a recolher.

26 Parcelamentos de tributos (controladora e consolidado)

Os saldos apresentados nas demonstrações financeiras compreendem parcelamentos de tributos realizados pela controladora, os saldos estão assim compostos:

	31.12.2021	31.12.2020
REFIS		
Programa de regularização tributária - PRT	14.353	16.594
Programa especial de regularização tributária - PERT	9.990	10.885
	24.343	27.479
Outros		
Parcelamento Ordinário - Receita Estadual Paraná	3.817	1.134
Total dos parcelamentos	28.160	28.613
Passivo circulante	4.959	4.227
Passivo não circulante	23.201	24.386

A manutenção do Grupo nos programas de parcelamento acima mencionados depende do atendimento de várias condições, sobretudo da continuidade do pagamento das parcelas dos débitos, na forma da Lei, e do pagamento dos tributos vincendos. O não pagamento de três parcelas acarretará o vencimento do débito total em aberto, com a imediata apuração do saldo devedor originário e incidência de todos os acréscimos legais. Ressaltamos que em 31 de dezembro de 2021, o Grupo está atendendo as condições necessárias para a sua continuação nos programas de parcelamentos.

27 Outros débitos (Controladora e Consolidado)

Abaixo demonstramos a composição dos saldos de outros débitos:

	31.12.2021	31.12.2020
Juros sobre o capital próprio (a)	1.190	935
Adiantamento – negociações comerciais	6.047	5.392
Dividendos a pagar	1.895	-
Outros valores a pagar	1.379	1.515
Total	10.511	7.842

(a) Para maior detalhamento, vide a nota explicativa 16.

28 Provisão para contingências e depósitos judiciais (Controladora e Consolidado)

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Demandas prováveis		
Trabalhistas e previdenciárias	6.723	6.704
Cíveis e administrativas	1.940	654
	8.663	7.358
Depósitos judiciais		
Trabalhistas e previdenciárias	4.980	5.094
Cíveis e administrativas	297	266
	5.277	5.360

Contingências trabalhistas e previdenciárias

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex-colaboradores questionando diferenças no recebimento de horas extras com consequente diferença em verbas rescisórias e questionando a aplicação do intervalo disposto no artigo 384 da CLT.

Contingências cíveis

O Grupo figura como ré em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica, sendo na sua grande maioria ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo.

Contingências possíveis

Existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, em 31 de dezembro de 2021 no montante estimado de R\$ 11.824 (R\$ 8.713 em 31 de dezembro de 2020), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista as práticas contábeis adotadas no Brasil e as *IFRS's* não requerem sua contabilização.

29 Patrimônio líquido (Controladora e Consolidado)

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social está representado por 152.042.534 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondente a R\$ 21.720 (21.720.362 ações, correspondentes a R\$ 21.720 em 31 de dezembro de 2020), pertencentes a Patrícia Maeoka Aisengart Accioly (1,53%), Alexandre Maeoka (1,53%) e Sergio Maeoka (96,94%).

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, podendo ser utilizada na absorção de prejuízos acumulados, cujo montante está representado por R\$ 997 em 31 de dezembro de 2021. Já para 31 de dezembro de 2020 não houve constituição de reserva em virtude do resultado do período.

c. Destinação do lucro

Em conformidade com a legislação societária, após absorção de prejuízos acumulados, retenção de 5% para reserva legal e distribuição de dividendos mínimos de 10%, o Estatuto da Companhia confere aos acionistas o direito de transferir o saldo remanescente para reservas de lucros ou optar pela distribuição adicional de dividendos.

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	19.944	(6.505)
(-) Reserva legal	(997)	-
Base para dividendos	<u>18.947</u>	<u>-</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>1.895</u>	<u>-</u>

d. Juros sobre capital próprio

A Companhia aprovou em 31 de dezembro de 2021, o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 1.400 (R\$ 1.101 em 31 de dezembro de 2020) atendendo os preceitos legais.

e. Venda de investimentos entre acionistas

A Companhia, em 30 de junho de 2020, optou pela venda integral das quotas de participação societária (99,9641%) que possuía na investida Nissei Administradora de Bens Ltda. desvinculando-se na integralidade da gestão e decisão estratégica da investida. O valor da venda das quotas na integralidade corresponde ao montante de R\$ 87.000, que ajustado ao valor presente à taxa 100% do CDI, considerando como base a taxa de remuneração dos investimentos em aplicações financeiras da Companhia (CDB), perfaz o montante de R\$ 86.138 a receber em 31 de dezembro de 2021. Considerando que o valor de investimento na data da transação era de R\$ 107.299, tal transação resultou na perda de R\$ 23.723, reconhecida diretamente no patrimônio líquido daquele exercício, considerando que tratou-se de transação com o controlador da Companhia.

30 Receita líquida de vendas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Receita operacional bruta				
Venda de mercadorias	1.947.508	1.670.231	1.947.508	1.670.465
Verbas de marketing e publicidade (a)	20.693	16.490	20.693	16.490
Prestação de serviços	5.171	7.883	5.171	7.883
	<u>1.973.372</u>	<u>1.694.604</u>	<u>1.973.372</u>	<u>1.694.838</u>
Deduções sobre vendas/serviços				
Impostos sobre vendas/serviços (b)	(100.695)	(70.902)	(100.695)	(70.902)
Devoluções e abatimentos	(12.655)	(10.785)	(12.655)	(10.785)
	<u>(113.350)</u>	<u>(81.687)</u>	<u>(113.350)</u>	<u>(81.687)</u>
Receita líquida de vendas	<u>1.860.022</u>	<u>1.612.917</u>	<u>1.860.022</u>	<u>1.613.151</u>

- (a) Os saldos registrados na rubrica “Verbas de marketing e publicidade” compreendem os acordos comerciais de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio, bem como demais serviços de exposição de produtos e marcas de indústrias de higiene e beleza, conveniência e/ou laboratórios de medicamentos.
- (b) Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS com alíquotas entre 17% e 18% preponderantemente, para as mercadorias não sujeitas ao regime de substituição tributária, ISS com alíquota de 5% e contribuições relacionadas ao PIS (1,65%), COFINS (7,60%) para mercadorias não sujeitas ao regime monofásico de tributação (Lei nº 10.147/00).

O Grupo mantém mix amplo de mercadorias para a venda, sendo: medicamentos (marca, genérico, similar) ii) higiene e beleza, iii) Serviços e Manipulação, iv) Conveniência e v) Medicamentos especiais. As vendas são realizadas exclusivamente no mercado doméstico, focado na região Sul e Sudeste do Brasil, diretamente a consumidores.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Vendas de mercadorias				
Medicamentos	1.113.796	965.349	1.113.796	965.349
Marca	641.848	667.538	641.848	667.538
Genéricos	245.413	195.750	245.413	195.750
Similares	226.535	102.061	226.535	102.061
Higiene e beleza	622.970	562.337	622.970	562.337
Manipulação	18.878	10.427	18.878	10.427
Conveniência	113.267	118.440	113.267	118.440
Alto Custo	18.878	2.893	18.878	2.893
	<u>1.887.789</u>	<u>1.659.446</u>	<u>1.887.789</u>	<u>1.659.446</u>
Outras vendas				
Verbas de marketing e publicidade	20.693	16.490	20.693	16.490
Prestação de serviços	5.171	7.883	5.171	8.162
Impostos sobre vendas/serviços	(53.631)	(70.902)	(53.631)	(70.947)
	<u>(27.767)</u>	<u>(46.529)</u>	<u>(27.767)</u>	<u>(46.295)</u>
Receita líquida de vendas	<u>1.860.022</u>	<u>1.612.917</u>	<u>1.860.022</u>	<u>1.613.151</u>

31 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Mercadorias vendidas	1.219.830	1.059.907	1.219.830	1.060.365
Despesas de pessoal	309.874	274.053	309.874	274.299
Depreciação e amortização	84.757	78.578	84.757	79.149
Propaganda e publicidade	10.765	6.504	10.765	6.504
Taxas de administração de operadoras de cartões	21.547	18.586	21.547	18.586
Fretes e carretos	8.391	7.951	8.391	7.951
Serviços de terceiros	40.165	33.056	40.165	33.191
Despesas com manutenção	13.876	11.215	13.876	11.302
Outros	47.770	49.697	47.770	49.089
Total	1.756.975	1.539.547	1.756.975	1.540.436
Classificados como				
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	1.219.830	1.059.907	1.219.830	1.060.365
Despesas administrativas	82.448	70.605	82.448	71.036
Despesas comerciais	455.871	406.359	455.871	406.359
Provisão para perda ao valor recuperável do contas a receber	(1.174)	2.676	(1.174)	2.676
Total de despesas	1.756.975	1.539.547	1.756.975	1.540.436

32 Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Outras receitas				
ICMS-ST - não definitivo de períodos retroativos (a)	-	55.226	-	55.226
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (b)	-	5.372	-	5.372
Ganho na venda de ativo imobilizado	227	3.001	227	3.001
Outras receitas	546	573	546	667
Total	773	64.172	773	64.266
Outras despesas				
Perdas em outros ativos com partes relacionadas (c)	-	(6.908)	-	(6.908)
Perdas na avaliação do valor justo de ativos (d)	-	-	-	(3.390)
Outras despesas	(1.799)	(668)	(1.799)	(668)
Total	(1.799)	(7.576)	(1.799)	(10.966)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(1.026)	56.596	(1.026)	53.300

- (a) Em 2020, o valor corresponde ao reconhecimento extemporâneo dos créditos de ICMS-ST não definitivo, onde as bases fiscais de apuração presumida foram superiores as margens comerciais do período de julho de 2017 a dezembro de 2019, conforme detalhado na nota explicativa 12.

- (b) Em 2020, houve o reconhecimento do valor de R\$ 5.372 com base no mandado de segurança impetrado pela Companhia, transitou em julgado favoravelmente, afastando a inclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A decisão obtida destacou que a parte autora tem o direito de excluir da base de cálculo do PIS/COFINS o valor integral do ICMS destacado nas notas fiscais de saída das mercadorias do seu estabelecimento, sendo possível a recuperação dos valores pagos a título de PIS e COFINS sobre o ICMS, conforme detalhado na nota explicativa 12.
- (c) Devido a venda da participação societária (conforme mencionado na nota na nota explicativa 1), a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 6.908, relativo a perda a liquidação da operação de mútuo ativo com a Comércio de Medicamentos Maeoka Ltda..
- (d) Devido a venda da participação societária (conforme mencionado na nota na nota explicativa 1), a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 3.390, relativo a perda referente a variação do valor justo sobre os ativos biológicos da Nissei Administradora de Bens Ltda..

33 Despesas financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Receitas financeiras				
Rendimentos com aplicações financeiras	1.422	1.667	1.422	1.667
Provisão resultado positivo – Swap	-	12.193	-	12.193
Resultado positivo – Swap	-	649	-	649
Atualização - processo tributário	-	2.122	-	2.122
Variação Cambial	2.589	-	2.589	-
Atualização de precatórios	1.332	2.682	1.332	2.682
Atualização de debêntures	4.438	-	4.438	-
Outras receitas financeiras	3.638	1.457	3.638	1.616
Total	13.419	20.770	13.419	20.929
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos (a)	16.033	81.765	16.033	81.765
Juros sobre garantia e antecipações	-	2.446	-	2.446
Resultado negativo – Swap	2.901	-	2.901	-
Ajuste a valor presente (d)	14.981	17.955	14.981	17.955
Juros passivos	22	247	22	247
IOF	696	861	696	861
Despesas bancária	1.540	1.112	1.540	1.112
Juros sobre debêntures (b)	20.590	8.634	20.590	8.634
Variação Cambial	-	13.059	-	13.059
Outras despesas financeiras	14.338	4.534	14.338	4.579
Juros de arrendamentos (c)	15.293	16.784	15.293	16.784
Total	86.394	147.397	86.394	147.442
Despesas financeiras líquidas	72.975	126.627	72.975	126.513

- (a) Para maior detalhamento sobre os juros de empréstimos vide nota explicativa 22.
- (b) Para maior detalhamento sobre os juros de debêntures vide nota explicativa 23.
- (c) O custo com arrendamento são os juros dos contratos de arrendamentos apresentados na nota explicativa 21.
- (d) O ajuste de valor presente é calculado sobre as compras de mercadorias para revenda, com prazo de pagamento superior à 30 dias.

34 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social

a. Conciliação de imposto de renda e contribuição social efetivos

O imposto de renda e a contribuição social efetivos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, referem-se:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
(Prejuízo) lucro antes de IRPJ e CSLL	29.037	(568)	29.046	(498)
Imposto utilizado a alíquota normal vigente - 34%	(9.873)	193	(9.873)	(193)
(+) Adições permanentes	(24.754)	(28.240)	(24.754)	(28.240)
Amortização de arrendamento (CPC 06)	(18.493)	(16.628)	(18.493)	(16.628)
Juros de arrendamento (CPC 06)	(5.200)	(5.707)	(5.200)	(5.707)
Perda por equivalência patrimonial	(3)	(1.328)	(3)	(1.328)
Outras adições (multa, brindes)	(1.058)	(4.577)	(1.058)	(4.577)
(-) Exclusões permanentes	25.534	22.110	25.525	22.157
Contraprestação de arrendamento (CPC 06)	22.587	20.477	22.587	20.477
Imposto de renda sobre base presumida de controladora	-	-	(10)	(47)
Outros	2.947	1.633	2.947	1.633
Total	(9.093)	(5.937)	(9.102)	(5.890)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(7.987)	(18.249)	(7.996)	(18.202)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(1.106)	12.312	(1.106)	12.312
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(9.093)	(5.937)	(9.102)	(5.890)
Alíquota efetiva	-31,32%	22,5%	-31,34%	21,3%

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O Grupo estima que irá realizar imposto de renda diferido ativo até 2024.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte origem (controladora e consolidado):

	<u>Balanco patrimonial</u>		<u>Resultado</u>	
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Provisões de perdas estimadas nos estoques	742	2.271	(1.529)	1.506
Provisões de perdas estimadas no contas a receber	-	270	(270)	(638)
Provisões trabalhistas (campanhas, reajustes salariais)	5.412	4.043	1.368	1.498
Provisões financeiras (debêntures - serie 2)	15.231	16.740	(1.509)	14.437
Provisões para contingências	2.945	2.501	1.319	(171)
Resultado financeiro (Swap e variação cambial)	382	4.422	106	4.422
Instrumentos financeiros derivativos	-	(4.146)	-	(4.146)
PAT	583	593	(9)	246
Prejuízos fiscais a compensar	-	-	-	(4.842)
Ajuste a valor presente	293	-	(582)	-
	<u>25.589</u>	<u>26.694</u>	<u>(1.106)</u>	<u>12.312</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, no montante de R\$ 25.589 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 26.694 em 31 de dezembro de 2020), são decorrentes de despesas não dedutíveis temporariamente, para os quais não há prazos para prescrições, com realização prevista, conforme divulgado abaixo no item (c).

c. Estimativa de recuperação dos créditos de imposto de renda e contribuição social

As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com a performance do Grupo, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os resultados reais podem diferir das estimativas adotadas. De acordo com essas projeções, o crédito tributário será recuperado de acordo com o seguinte cronograma:

Cronograma de recuperação:	
2022	8.956
2023	7.677
2024	6.397
2025 em diante	<u>2.559</u>
Total	25.589

35 Instrumentos financeiros

(i) Gerenciamento de risco financeiro

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez e estrutura de capital
- Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos supramencionados, quais são os objetivos do Grupo, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, bem como o gerenciamento de capital do Grupo. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Grupo possui e segue a política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. O Grupo, através de suas normas, treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis, bem como suas obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento das políticas, os procedimentos de gerenciamento dos riscos do Grupo, bem como periodicamente revisa a adequação da estrutura e realiza o gerenciamento de risco em relação aos mesmos enfrentados pelo Grupo.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

As contas a receber são representadas, em grande parte por saldos com operadoras de cartão de crédito, para as quais a Administração não espera enfrentar dificuldades de realização.

Risco de liquidez e estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que o Grupo faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas, acelerar ou reduzir o volume de abertura de novas lojas ou ainda buscar outros instrumentos de dívida junto ao mercado

Grupo habitualmente monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira e projeções de fluxo de caixa.

Os fluxos de caixa futuros referentes à provisão pagamento debêntures podem ser diferentes dos montantes apresentados, uma vez que as condições relevantes das transações podem mudar.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e debêntures (incluindo curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes, aplicações financeiras e derivativos. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e de 31 dezembro de 2020 e podem ser assim sumarizados:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Total dos financiamentos e empréstimos	212.433	222.582	212.433	222.582
Debêntures	243.886	226.504	243.781	226.504
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(81.682)	(65.186)	(81.717)	(65.186)
(-) Aplicações financeiras	(878)	(841)	(878)	(841)
(-) Instrumentos financeiros derivativos	(9.292)	(12.193)	(9.292)	(12.193)
Dívida líquida	364.467	370.866	364.327	370.866
Patrimônio líquido	46.458	29.809	46.458	29.809
Índice de alavancagem financeira	7,85	12,44	7,84	12,44

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não-derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os saldos do balanço consolidado divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2021				
Financiamentos e empréstimos	72.484	49.602	83.976	6.371
2ª e 3ª Emissão de Debêntures - 1ª e 2ª série	6.916	39.590	116.206	36.376
1ª Emissão de Debêntures - 2ª série	44.798	-	-	-
Fornecedores	302.406	-	-	-
Passivo de arrendamento	54.818	42.364	31.288	27.112
Em 31 de dezembro de 2020				
Financiamentos e empréstimos	67.001	37.846	104.234	13.501
1ª Emissão de Debêntures - 1ª e 2ª série	226.504	-	-	-
Fornecedores	261.671	-	-	-
Passivo de arrendamento	39.504	45.775	61.949	8.279

Risco de mercado

Risco de mercado deve-se as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros ou, ainda, como os preços dos produtos comercializados e serviços prestados pelo Grupo, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições aos riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O Grupo utiliza derivativos para gerenciar os riscos, em especial o cambial nas operações de empréstimos com taxas estrangeiras. A política é proteger a exposição estimada em moeda estrangeira por meio de *swaps* de taxas de câmbio.

(ii) Categoria de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (controladora e consolidado)

Ativos financeiros	31.12.2021	31.12.2020
Avaliados ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	81.682	65.186
Aplicações financeiras	878	841
Contas a receber de clientes	121.437	100.149
Outras contas a receber	<u>151.921</u>	<u>137.821</u>
	<u>355.918</u>	<u>303.997</u>
	30.12.2021	31.12.2020
Passivos financeiros		
Avaliados ao custo amortizado:		
Fornecedores	302.406	261.671
Empréstimos e financiamentos	212.433	222.582
Debênture 2ª e 3ª Emissão	199.088	177.268
Outras contas a pagar	10.511	7.842
Arrendamentos a pagar	<u>155.582</u>	<u>147.228</u>
	<u>880.020</u>	<u>816.591</u>

Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo (controladora e consolidado)

	30.12..2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Instrumento financeiro derivativo – SWAP	<u>9.292</u>	<u>12.193</u>
Passivos financeiros:		
Debêntures série 2	<u>44.798</u>	<u>49.236</u>

(iii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 para os instrumentos financeiros do Grupo de ativo financeiro ao custo amortizado, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas à receber e para o grupo de “Passivo financeiro ao custo amortizado” que abrange principalmente, fornecedores e empréstimos e financiamentos e debêntures referentes a segunda e terceira emissão do Grupo, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Técnica de avaliação e inputs significativos não observáveis

As técnicas de valorização utilizadas na mensuração do valor justo de Nível 3 para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial referente a primeira emissão, segunda série, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados, foram:

Previsão pagamento debêntures

Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
<p>a. Com evento de liquidez Caso a empresa realize alguma operação de evento de liquidação maior que 20% das ações e deve remunerar a segunda série a 4,4% do valor econômico do Grupo, ou,</p> <p>b. Sem evento de liquidez A ser executado pelo credor entre outubro de 2021 e outubro de 2023, remunerada através do cálculo de EBITDA ajustado excluindo os efeitos de AVP IFRS 16 acumulado dos últimos doze meses multiplicados 8,5 e o resultado multiplicado por 4,4%.</p>	<p>- Estimativa da vida do passivo financeiro: opção pode ser exercida a critério do credor a partir de 31 de outubro de 2021 até 31 de outubro de 2023.</p> <p>- EBITDA ajustado</p>	<p>O valor justo estimado poderia aumentar (diminuir):</p> <ul style="list-style-type: none"> • A depender da data de exercício da dívida, entre as datas possíveis (entre 31 de outubro de 2021 e 31 de outubro de 2023, a ser exercida a critério do credor, e consequentemente o valor justo poderia ser alterado com base no EBITDA ajustado a ser calculado no momento da liquidação do passivo

Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
<p>O valor justo dos derivativos é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de swap, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar swaps de taxa de juros.</p>	<p>Não aplicável.</p>	<p>Não aplicável.</p>

(iv) Análise de sensibilidade

Decorre da possibilidade do Grupo sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, o Grupo busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros do Grupo. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade do endividamento em moeda nacional do Grupo, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Grupo foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 31 de dezembro de 2021 (saldo contábil tendo por base o CDI de 0,48% acumulado nove meses) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 31 de dezembro de 2021:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	212.433	(1.009)	(2.018)

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

O Grupo está exposto principalmente à variação cambial do euro e do dólar norte-americano.

A tabela a seguir detalha a sensibilidade do Grupo ao aumento e à redução de 10% no Real em relação a essas moedas estrangeiras. 10% é a taxa de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de moeda estrangeira ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no final do exercício para uma mudança de 10% nas taxas de câmbio. Os valores apresentados a seguir, representam um aumento ou uma diminuição no resultado e no patrimônio líquido quando houver uma valorização ou desvalorização de 10% do real em relação à moeda em questão.

	Impacto do Euro	
	2021	2020
Resultado	3.258	4.383

A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente a essas operações, uma vez que esta operação está coberta por swap e a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o exercício.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qual uma de suas linhas de crédito.

O excesso de caixa mantido pelas unidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

36 Resultado por ação

O lucro (prejuízo) básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações ordinárias em circulação. A Companhia possui ações potenciais na forma de debêntures conversíveis emitidas.

Nenhum ajuste é requerido no lucro (prejuízo) diluído por ação visto que seria anti-diluído.

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Resultado do período	19.944	(6.505)
Média ponderada de ações ordinárias (unidades)	152.042.534	152.042.534
Ações ordinárias existentes (a)	152.042.534	152.042.534
Resultado por ação básico e diluído (em Reais)	0,131	(0,043)

(a) Detalhes do desmembramento de ações constam na nota explicativa 29.

37 Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa (Controladora e Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2021 as transações que não envolveram caixa compreendendo: (i) operações de arrendamento – nota explicativa 21, no valor de R\$ 68.908 (R\$ 54.414 em 31 de dezembro de 2020), (ii) dividendos a pagar – nota explicativa 29, no valor de R\$ 1.895 (não houve dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2020) (c) e (iii) juros sobre capital próprio – nota explicativa 29 (d), no valor de R\$ 1.400 (R\$ 1.101 em 31 de dezembro de 2020), não havendo transação em caixa na operação, estes valores não estão refletidos na demonstração do fluxo de caixa como atividade operacional da Companhia.

38 Cobertura de seguros

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para bens sujeitos a riscos nos montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando sua natureza de atividade.

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 500 para danos materiais, incluído lojas, centro de distribuição e centro administrativo.

A Companhia mantém em 31 de dezembro de 2021 cobertura para responsabilidade cível de administradores e diretores (D&O), sendo o limite de garantia de R\$ 50.000.